

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

AUGUSTO DEL CARO DA SILVA

**QUEM SÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO DE VILA
VELHA?: UMA ANÁLISE DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO**

VITÓRIA
2016

AUGUSTO DEL CARO DA SILVA

**QUEM SÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO DE VILA
VELHA?: UMA ANÁLISE DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo,
como requisito obrigatório para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^a. Dra. Mirian Cátia Vieira Basílio

VITÓRIA
2016

AUGUSTO DEL CARO DA SILVA

**QUEM SÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO DE VILA
VELHA?: UMA ANÁLISE DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo,
como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof^ª. Dra. Mirian Cátia Vieira Basílio - Orientadora

Prof^ª. Ms. Alaisa de Oliveira Siqueira, Faculdade Católica Salesiana do Espírito
Santo

Prof^ª. Ms. Juliane de Araújo Barroso, Faculdade Católica Salesiana do Espírito
Santo

Para todos aqueles que acreditam que o mundo possa ser transformado em um lugar melhor.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a Dra. Mirian Cátia Vieira Basílio, pela oportunidade de criarmos junto esse trabalho.

Às minhas supervisoras de campo de estágio, Kelly Venturini Fernandes e Fânia Maria Zotti Pires. Vocês me ensinaram muito. Sou eternamente grato.

A todos os professores que estiveram presentes em minha formação. Vocês são maravilhosos! Amo muito vocês.

Aos meus colegas de turma Letícia, Juliana, Mayara, Bruna. Vocês sempre vão fazer parte da minha vida.

Ao PROUNI, pela concessão da bolsa de estudos em período parcial.

À minha mãe Iria. Tantas foram as lutas em nossa vida. Lembro de tudo com saudosismo. Enfim, vencemos!

Ao meu irmão André. Nossos vínculos afetivos estão mais próximos nesses últimos tempos. Obrigado pelas orações.

Ao meu pai José. Estivemos distantes um do outro por muito tempo. A vida às vezes precisa nos afastar para depois nos reconciliar e aproximar. Sei que estamos nos esforçando para sermos pessoas melhores.

À minha avó Cercinília Caliman Del Caro (*in memorian*). Quanta saudade que sinto neste momento. Você foi minha segunda mãe. Obrigado pelo carinho e dedicação. Essa conquista também vai para você. Obrigado pelo convívio.

À minha tia Maria Célia Batista Del Caro – Tia Lurdes (*in memorian*). Lembro sempre das nossas brincadeiras, das nossas risadas. Você faz muita falta. O vazio que tenho em meu coração é de muita saudade. Obrigado pelo tempo que passou conosco nesse mundo.

A Deus, meu Senhor, em quem deposito minha esperança de dias melhores. Obrigado pela vida e pela proteção que me concede todos os dias.

À minha mãe celestial, Maria. Livrou-me de tantas coisas ruins. Sou eternamente grato por me amar.

Os prostados no solo não são vistos como semelhantes, mas como bichos, espécies distintas. Estão sujos, cheiram mal e são feios. Não são homens e mulheres, embora um dia talvez o tenham sido. Pedacos perdidos da humanidade. Invadem as calçadas, incomodam. Os que vão às compras ou ao trabalho sentem-se indiferentes ou incomodados. Procuram não ver, escondem a irritação, o desagrado.

Reclamam a si mesmos, no máximo, “desta polícia que não faz nada” ou, os de esquerda, “desta sociedade injusta”. Falam entre si como se no chão, ao lado, não existisse ninguém. Não são homens ou mulheres efetivamente, pois não são assim representados pelos que vão às compras ou ao trabalho (NASCIMENTO, 2003, p.56).

RESUMO

O presente estudo possui como objetivo geral analisar a história de vida da população em situação de rua acompanhada pela equipe de abordagem social do município de Vila Velha. A história de vida desses sujeitos perpassa a discussão teórica da “questão social” e sua gênese na contradição capital x trabalho, manifestando-se através de inúmeras expressões como a pobreza, a exclusão social, o desemprego, a violência, a falta de moradia etc. Para a realização do estudo foi utilizada a pesquisa descritiva, de natureza quali-quantitativa. Para a coleta de dados sociodemográficos de natureza quantitativa foi utilizada a pesquisa documental, que abrangeu os prontuários institucionais do Serviço de Abordagem Social. As categorias foram inicialmente estabelecidas e após a coleta, os dados foram reduzidos e apresentados em gráficos para melhor interpretação e discussão. Também foram realizadas entrevistas envolvendo cinco sujeitos que se encontram em situação de rua e que são acompanhados pelo Serviço. Para a análise dos dados qualitativos utilizamos a análise de conteúdo. Os resultados alcançados com a pesquisa demonstram que o perfil da população de rua em Vila Velha é caracterizado pela prevalência do sexo masculino. Mostrou-nos ainda que a maioria dos sujeitos são migrantes; possuem baixa escolaridade; não possuem vínculo empregatício formal; utilizam vários tipos de drogas (lícitas e ilícitas); possuem em sua grande maioria pele escura; são pessoas relativamente jovens em idade produtiva; a maioria possui algum tipo de contato com a família. Observamos também que entre os principais motivos destas pessoas adentrarem em situação de rua é o rompimento dos vínculos familiares/afetivos. No entanto, vale assinalar que apesar da indicação dos sujeitos sugerir que o rompimento dos vínculos com as famílias ser um dos principais motivos que motivaram a sua ida para a rua, verificamos que as suas trajetórias tem como marca comum as condições de vida marcadas pela falta de trabalho e renda, assim como a dificuldade de acesso aos direitos sociais. Por fim, com todas as informações e resultados alcançados, o objetivo principal inicialmente proposto foi corroborado e a pesquisa mostrou-se relevante em vários aspectos como o acadêmico, o pessoal e o social.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Histórias de Vida. Questão Social.

ABSTRACT

This study has as main objective to analyze the history of life of homeless people accompanied by social approach team of Vila Velha. The life history of these subjects permeates the theoretical discussion of the "social question" and its genesis in the capital x work conflict, manifesting itself through numerous expressions such as poverty, social exclusion, unemployment, violence, homelessness etc. For the study was used descriptive research, qualitative and quantitative nature. To collect demographic data of a quantitative nature was used documentary research, which covered the institutional records of the Social Approach Service. The categories were initially established and after collection, the data were reduced and presented in graphs to better interpretation and discussion. There were also interviews involving five subjects that are performed on the streets and are accompanied by the Service. For the analysis of qualitative data used content analysis. The results achieved with the research show that the profile of homeless people in Vila Velha is characterized by the prevalence of males. He showed us although most of the subjects are migrants; they have low education; they have no formal employment relationship; use various types of drugs (legal and illegal); they have mostly dark skin; are relatively young people of working age; most have some sort of contact with the family. We also note that the main reasons for these people step into the streets are the disruption of family / emotional bonds. However, it noted that despite the indication of subjects suggest that disruption of ties with families is one of the main reasons that led to his going to the street, we found that their trajectories have as a common brand living conditions marked by lack employment and income, as well as the difficulty of access to social rights. Finally, with all information and results achieved, the main goal initially proposed was corroborated and research has shown to be relevant in many aspects such as the academic, personal and social.

Keywords: Population Homeless. Life's history. Social Question.

LISTA DE FIGURA

| | |
|---|----|
| Figura 01 - Mapa territorial do município de Vila Velha/ES..... | 51 |
|---|----|

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 01 - Perfil da Origem | 50 |
| Gráfico 02 - Sexo | 53 |
| Gráfico 03 - Orientação Sexual | 54 |
| Gráfico 04 - Cor | 55 |
| Gráfico 05 - Estado Civil | 56 |
| Gráfico 06 - Idade | 57 |
| Gráfico 07 - Escolaridade | 58 |
| Gráfico 08 - Uso de drogas | 59 |
| Gráfico 09 - Tipos de drogas utilizadas | 60 |
| Gráfico 10 - Contato com a família | 61 |
| Gráfico 11 - Manifestação de retorno à família | 64 |
| Gráfico 12 - Tempos nas ruas | 65 |
| Gráfico 13 - Motivo aparente de estar em situação de rua | 66 |
| Gráfico 14 - Albergamento/Institucionalização | 67 |
| Gráfico 15 - Envolvimento com a justiça | 68 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 21 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 25 |
| 2.1 REFLEXÕES SOBRE A GÊNESE DA “QUESTÃO SOCIAL” E DA EXCLUSÃO SOCIAL COMO UMA EXPRESSÃO DESSE PROCESSO..... | 25 |
| 2.2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA..... | 31 |
| 2.3 A POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA..... | 37 |
| 2.3.1 A Política de Assistência Social e a atenção a população em situação de rua adulta no município de Vila Velha..... | 42 |
| 3 METODOLOGIA..... | 45 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 49 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 79 |
| REFERÊNCIAS..... | 83 |
| APÊNDICE A..... | 88 |
| APÊNDICE B..... | 91 |
| APÊNDICE C..... | 92 |
| APÊNDICE D..... | 93 |
| APÊNDICE E..... | 94 |

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema “o fenômeno população em situação de rua” e como objetivo geral analisar a história de vida da população em situação de rua acompanhada pela equipe de abordagem social do município de Vila Velha/ES. Entre os objetivos específicos estão: identificar as principais causas que levam os sujeitos a estarem em situação de rua no município e identificar dados sociodemográficos a respeito destes sujeitos.

O fenômeno, população em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009a) é definido como um grupo populacional heterogêneo que possui a pobreza extrema como característica comum além de outras como:

[...] os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória (BRASIL, 2009a).

O interesse em realizar esta pesquisa surgiu a partir de vivências enquanto estagiário do curso de Serviço Social (nos estágios I, II e III) no Serviço Especializado em Abordagem Social do município de Vila Velha/ES. O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) do Município de Vila Velha teve início em 1996, quando:

[...] havia no município de Vila Velha, e em todo Brasil, uma enorme demanda de crianças e adolescentes em situação de rua. A abordagem de rua tinha sede na Casa de Apoio, que era uma unidade de atendimento a crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, que funcionava na Prainha. [...] A equipe era composta por assistentes sociais, pedagogos e educadores sociais que realizavam abordagem de rua, atendimento social e pedagógico, oficinas, alimentação, espaço para higienização e encaminhamentos para abrigos e alojamentos municipais, retorno a cidade de origem, atendimentos na área de saúde e reintegrações familiares (VILA VELHA, 2014, p. 4).

Observando e atuando nessa área da política de assistência social¹, foi possível perceber as fragilidades dos serviços destinados a essa parcela da população e que

¹ Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

a atenção tardia a este segmento, visto que as políticas públicas ainda são recentes e inferem em respostas ainda poucas satisfatórias as suas necessidades. No entanto, apesar das dificuldades, o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) constitui-se enquanto um equipamento importante para o atendimento desta população.

Realizar estudos científicos com esse público não se constitui em uma tarefa simples, pois, trata-se de um segmento da população com comportamento “nômade”, que em alguns casos, estão sob efeito de álcool e outras drogas, ou apresentam algum tipo de transtorno psiquiátrico, ou até mesmo porque não desejam estabelecer contato com entes públicos. Segundo Araújo (2003, p. 89)

É difícil pesquisar a população de rua, porque ela é flutuante, temporária e nômade. O levantamento de dados exige técnicas especiais e dificilmente pode ser feito tendo em conta todas as regras de pesquisa empírica, dentro das boas recomendações metodológicas e estatísticas (ARAÚJO, 2003, p. 89).

Nesse sentido, a relevância científica deste estudo, pode ser ressaltada uma vez que ao realizarmos um levantamento bibliográfico sobre o fenômeno “população em situação de rua” notou-se que os estudos ainda não são recorrentes, enquanto os existentes são ainda recentes. Nessa perspectiva, o conhecimento construído a partir dessa pesquisa poderá contribuir com o acúmulo teórico sobre esta temática no âmbito acadêmico, em especial para o Serviço Social.

E ainda, como relevância social analisar o perfil sociodemográfico e identificar as principais causas que levam as pessoas a estarem em situação de rua no município de Vila Velha é relevante, pois, permitem compilar dados e através destes fomentar propostas efetivas para as demandas deste público. Além disso, poderão subsidiar a criação de políticas públicas que poderão dar respostas mais eficazes às demandas dessa população. A criação de políticas públicas, apesar das contradições existentes nesse cenário de mudanças societárias tem um papel importante no desenvolvimento local e na transformação da realidade visando responder as demandas latentes, principalmente de setores da sociedade considerados como vulneráveis.

Ainda no que se refere à relevância social do estudo nota-se que a atenção legislativa a esta parcela da população no que tange o acesso aos bens e serviços públicos como assistência social, saúde e outros também são recentes. Os reflexos

negativos desta atenção tardia como citado anteriormente são sentidos pelos usuários atendidos pelos serviços do município e também pelos profissionais atuantes de diversas categorias que lidam diariamente com essa população. Assim, torna-se fundamental conhecer o fenômeno população em situação de rua, em sua complexidade e determinações. Implicando desta forma na desconstrução de argumentos moralistas pautados no senso comum, que responsabiliza e culpa os indivíduos por estarem em situação de rua.

Além disso, as reflexões geradas por este estudo pode ser um instrumento que irá proporcionar a superação de uso de termos pejorativos ao se referenciam a este público. Este sem dúvida é um grande desafio, pois, modificar ou desconstruir argumentos construídos sócio-culturalmente não é fácil, visto o ranço moralista que se arrasta e está impregnado no seio da sociedade, que termina por excluir os sujeitos do convívio social, sujeitando-os a exclusão social ou a marginalização.

Acreditando na importância do tema ser discutido na atualidade e certo de que essa população excluída carece de atenção em todos os âmbitos do poder público para que possam ser visibilizados enquanto sujeitos de direitos, esta pesquisa visa contribuir também para dar visibilidade ao fenômeno enquanto expressão da questão social.

Para a apreensão do objeto estudado organizamos este trabalho da seguinte forma:

No primeiro capítulo, serão apresentadas algumas reflexões sobre a gênese da “questão social” e da exclusão como uma expressão desse fenômeno.

No segundo capítulo, será abordado o fenômeno população em situação de rua em sua dimensão histórica, caracterização, perfil sociodemográfico e demais assunto pertinentes a esse público.

No terceiro capítulo será apresentada a Política Nacional para a População em Situação em Situação de Rua, suas diretrizes e ações para com esse público e como subitem a Política de Assistência Social e a atenção a população de rua adulta no município de Vila Velha.

No Quarto capítulo, será apresentada a metodologia de pesquisa, com o tipo de pesquisa utilizada, natureza desta, todo o processo de coleta, tratamento e análise de dados estes em articulação com o quadro teórico.

No quinto capítulo serão apresentados os resultados e discussões obtidos com a pesquisa.

No sexto capítulo serão apresentadas considerações finais acerca da pesquisa realizada e suas contribuições pessoais e científicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentadas algumas reflexões sobre a gênese da “questão social” discutidas por autores diversos, possibilitando compreender a fundamentação de seus argumentos a partir de análises sócio-históricas constituindo assim, para o leitor, um terreno fértil de construção de conhecimento sobre surgimento do fenômeno da população em situação de rua.

2.1 REFLEXÕES SOBRE A GÊNESE DA “QUESTÃO SOCIAL” E DA EXCLUSÃO SOCIAL COMO UMA EXPRESSÃO DESSE PROCESSO

Netto e Braz (2012) revelam que o sistema feudal no século XIV passou por crises eventuais e internas e que as mesmas foram potencializadas pelos efeitos do crescente comércio e expressos e consolidado por uma economia crescente de base mercantil.

“O processo de crise do feudalismo é, igualmente, o solo do movimento que conduzirá ao mundo moderno – a Revolução Burguesa²” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 82-83). A emancipação política, que foi a tarefa da revolução burguesa, segundo Guerra et al. (2007) constituiu-se no meio pelo qual os indivíduos singulares realizassem seus fins particulares e egoístas. Os direitos advindos desse processo são direitos, portanto, limitados pelo direito de outrem. Nessa concepção, abordam os autores, a propriedade privada é vista como foco central das ações que possibilitam o exercício da cidadania.

Guerra et al. (2007, p. 4) apresentam a seguinte análise:

[...] aprofundando a análise das bases sobre as quais emergem a “questão social” a partir da ótica marxiana, compreende-se que a consciência política do proletariado requer a superação dialética da simples emancipação política, fruto da Revolução Burguesa, posto que esta é um momento constitutivo da emancipação humana.

² A Revolução Burguesa, vê-se, constitui mesmo toda uma época de revolução social – inicia-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais na economia, conformando-se numa nova classe social, o que se processa entre os séculos XV e XVII, e prossegue nos séculos XVII e XVIII, quando a nova classe, já constituída, constrói a sua hegemonia político-cultural e reúne as condições para o enfrentamento direto com a feudalidade, derrotando-a nos confrontos maiores de 1688/89 (Inglaterra) e 1789 (França) (NETTO; BRAZ, 2012).

É a partir do protagonismo dos comerciantes, que juntamente com a população camponesa, como destaca Netto e Braz (2012), derrubam o antigo regime (Feudalismo), abrindo-se no século XIX, o então Estado Burguês/Francês. É neste mesmo Estado burguês que as relações sociais de produção capitalista se estabelecem e se intensificam. A burguesia deixa de ser a classe oprimida e passa a ser a classe opressora/dominante.

Marx (2013), em sua obra intitulada “O Capital: crítica da economia política” realiza um estudo profundo e crítico do sistema capitalista, com contribuição das obras de Hegel, apontando todo o processo histórico do surgimento do sistema e suas consequências para o proletariado e para a sociedade em geral.

Nessa mesma direção, Guerra et al. (2007) afirmam que somente compreendendo o modo de produção capitalista pode-se, de fato, apreender a “questão social” como fenômeno emergente a partir do século XIX.

Diante do quadro de exploração promovido pelos capitalistas, com longas jornadas de trabalhos exaustivas nas indústrias, que duravam por vezes até 18 horas diárias e salários baixos que não propiciavam atender as necessidades básicas dos trabalhadores e suas famílias, mais precisamente na segunda metade do século XIX, conforme destaca Behring e Boschetti (2011) eclode a reação da classe trabalhadora, expondo a “questão social”.

Netto e Braz (2012) recordam que a jornada de trabalho extensiva sem condições políticas que a impõem é o meio pelo qual a força de trabalho excedente é apropriada pelos capitalistas, sem, contudo, aumentar o salário dos trabalhadores, e é essa a fonte geradora de riqueza, conhecida como mais-valia³ absoluta. Em contrapartida, a mais-valia relativa ocorre quando a jornada de trabalho dispõe de condições políticas, como por exemplo, a delimitação jurídica da quantidade de trabalho diária. Dessa forma, os capitalistas encontram meios para a extração da riqueza produzida através de estratégias implantadas dentro da norma jurídica. Essa é também designada como a apropriação da riqueza socialmente produzida, concentrada nas mãos dos capitalistas e não distribuída para o restante da sociedade que a produziu o que gera o acirramento das desigualdades sociais.

³ Taule apud Netto e Braz (2012, p. 122) alerta que “a mais-valia (ou valor excedente) é uma só. Não há mais-valia que é relativa e a outra que é absoluta. [...] o que pode ser absoluta ou relativa é a maneira de se incrementar a extração de valor excedente”.

Essas duas formas de incrementar a produção da mais-valia – absoluta e relativa – são interdependentes, embora conforme historicidade observa-se o predomínio da mais-valia relativa, visto o crescimento da organização da classe trabalhadora e seu envolvimento político nas relações sociais (NETTO; BRAZ, 2012).

Em qualquer dos casos, o que está em questão é o aumento da exploração da força de trabalho. No entanto, do ponto de vista das suas conseqüências, essas formas se distinguem: quando o incremento do excedente se dá através da produção absoluta de mais-valia, verifica-se uma tendência a uma pauperização absoluta dos trabalhadores; quando predomina a produção de mais-valia relativa, o que ocorre geralmente é uma pauperização relativa dos trabalhadores (NETTO; BRAZ, 2012, p. 123).

Netto (2001) reforça sua tese de que por volta de 1830, no então século XIX, a situação de pobreza vivenciada pela população, passa a ganhar novos contornos e intensifica-se, dando origem a então denominada “questão social”. Tal origem está intrinsecamente ligada ao surgimento da classe operária, representando, portanto, ameaça a então vigente ordem capitalista burguesa.

Nessa mesma perspectiva, Santos (2012) observa que a existência da desigualdade da pobreza no período do escravismo e do feudalismo, onde também existia a diferenciação de classe, exploração do trabalho, propriedade privada, possuía uma diferença entre as que surgiram do sistema capitalista, inicialmente na Inglaterra e França, e que propiciou o surgimento da “questão social”. A diferença, portanto, é que no sistema capitalista sua existência:

[...] é única e socialmente produzida, pois o desenvolvimento das forças produtivas operado nos seus marcos é capaz de reduzir significativamente, a dependência e determinação de fatores naturais na produção da escassez (SANTOS, 2012, p. 29).

Santos (2012, p. 28), ressalta que “[...] não se está designando como “questão social” a desigualdade e a pobreza indistintamente e sim aquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista”. Nesse sentido, Santos (2012) adota a concepção de “questão social” relacionada à expressão das desigualdades sociais⁴ originada no modo de produção capitalista. Não adota, portanto, a “questão social” enquanto categoria, destacando que:

As categorias, para serem consideradas como tais, devem, antes, ter existência concreta, real, afim de que seja possível a sua abstração no âmbito do pensamento. Neste caso, trata-se de afirmar a existência real não da “questão social” e sim de suas expressões, determinadas pela

⁴ “A desigualdade social tem como eixo caracterizador a distribuição diferenciada da riqueza produzida numa sociedade” (NASCIMENTO, 2000, p. 58).

desigualdade fundamental do modo de produção capitalista (SANTOS, 2012, p. 18).

Dentre as expressões da “questão social” no século XIX, período originalmente aceito enquanto sua gênese, Santos (2012) destaca as altas taxas de natalidade, a precariedade das condições de trabalho e moradia, prostituição, alcoolismo etc. Esse fato é decorrente do grande volume de pessoas que saíram do campo e foram para as cidades em busca de emprego, pós-queda do regime feudal e início do processo de industrialização. Essa massa populacional vivia nos entornos das grandes indústrias em condições sub-humanas.

Santos (2012) aponta que existem várias concepções sociológicas acerca do surgimento da “questão social”. Segundo a crítica da mesma autora, algumas dessas perspectivas negam aspectos fundamentais e essenciais do fenômeno, dentre eles seus fundamentos econômicos e históricos que por fim acabam por naturalizar as expressões decorrentes da contradição existente entre o capital e o trabalho, justificando-o e positivando-o. Entre os autores que defendem esta perspectiva encontra-se Rosanvallon, que destaca que hoje o crescimento do desemprego e o surgimento de formas de pobreza diferenciadas, ou ainda novas formas de pobreza ligadas à exclusão social, estaria sugerindo assim a concepção de uma “nova questão social” (PASTORINI, 2010). Pastorini (2010, p. 25) aponta que:

Os defensores da “nova questão social” partem do pressuposto de que as mudanças ocorridas no mundo capitalista contemporâneo marcam uma ruptura com o período capitalista industrial e com a “questão social” que emergiu na primeira metade do século XIX, com o surgimento do pauperismo, na Europa Ocidental.

Netto e Braz (2012) também fazem crítica ao uso do termo de uma “nova questão social” apresentada por alguns ideólogos afirmando que não há uma “questão social” que não se derive da lei geral da acumulação capitalista.

Ora, a “questão social” é determinada por esta lei; tal “questão”, obviamente, ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças. Mas ela é insuprimível nos marcos da sociedade onde domina o MPC. Imaginar a “solução” da “questão social” mantendo-se e reproduzindo-se o MPC é o mesmo que imaginar que o MPC pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital (NETTO; BRAZ, 2012, p. 152).

Nesse sentido, “[...] entender a “questão social” é, de um lado, considerar a exploração do trabalho pelo capital e, de outro, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face desta premissa central à produção e reprodução

do capitalismo” (SANTOS, 2012, p. 133). Portanto, como vemos [...] a questão social é, de fato, particular e histórica (PEREIRA, 2001, p. 59).

A acumulação capitalista não impacta o trabalhador tão somente com o desemprego. No percurso histórico do desenvolvimento do sistema capitalista é notório os processos de pauperização advindas da essência exploradora da ordem capitalista. Caracterizada como pauperização absoluta ou relativa, ambas possuem suas diferenças (NETTO; BRAZ, 2012). Assim definem os autores:

A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletariados experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total de valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas (NETTO; BRAZ, 2012, p. 148).

Nascimento apud lamamoto (2013), alerta que a noção de pobreza passou por várias mudanças ao longo da história. Nos anos 1950, por exemplo, a pobreza estava relacionada a figura do Jeca Tatu, de característica preguiçosa, indolente, sem ambição. Na década de 1960, a figura da pobreza estava associada àqueles indivíduos “malandros” que despossuíam qualquer vínculo empregatício, sendo encarados como objetos do desprezo e tratados com indiferença. São conforme aponta lamamoto (2013, p. 42) “[...] as “classes perigosas”, e não mais laboriosas, destinatárias da repressão. Reforça-se assim a violência institucionalizada, colocando-se em risco o direito à própria vida”.

Face em resposta ao antagonismo que se faz presente nesse contexto histórico, o Estado Burguês, emergido da revolução francesa, de acordo com Behring e Boschetti (2011) assume sua postura repressiva à “questão social” e apenas incorporou algumas demandas dos trabalhadores no que diz respeito as leis trabalhistas, mas sem atingir, contudo, o cerne da “questão social”.

Barbalet apud Behring e Boschetti (2011, p. 63) destaca que:

A mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado Liberal no final do século XIX e início do século XX. Pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, como o direito de voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação.

Assim, como podemos observar “[...] a questão social não é um fenômeno recente [...] (IAMAMOTO, 2011, p. 161). Trata-se, ao contrário, de uma “velha questão social” inscrita pela própria natureza das relações sociais capitalistas” (IAMAMOTO, 2011, p. 161). A autora ressalta que no cotidiano a “questão social” assume uma nova roupagem de acordo com o movimento histórico e se expressa de formas até então não conhecidas e que são encontradas em todas as dimensões da vida em sociedade. Portanto, segundo Guerra et al. (2007, p. 7):

[...] a chamada “questão social” na atualidade nada mais é do que a expressão da mesma contradição que conforma a base do sistema capitalista e que, na contemporaneidade, fundamenta suas novas formas de manifestação. Tal entendimento indica, portanto, que seu enfrentamento e possível extinção apenas pode se dar a partir da supressão completa dos parâmetros estruturais que conformam a ordem vigente [...].

O processo de globalização e o avanço tecnológico (elementos indissociáveis da lógica capitalista) a partir da década de 1970 “têm gerado consequências negativas, configuradas na reprodução de desigualdades sociais e na falta de garantias sociais para grande parcela da população” (COSTA, 2005, p. 01). Mattei (2004, p. 63), refere que:

[...] é justamente no limiar do século XXI, quando a globalização econômica sofre novos impulsos, que o problema da ocupação ganha maior relevância, tendo em vista a grande quantidade de mão-de-obra que se encontra ociosa e engordando as estatísticas da pobreza e da miséria, formas reveladas de exclusão social.

Costa (2005, p. 3) afirma que “essa realidade é característica do processo de exclusão social que existe no Brasil neste início de milênio”. A exclusão social, anteriormente referida, tem sua gênese nos processos econômicos, mas também possui outras características como a falta de pertencimento social, de perspectivas, falta de acesso à informação, a perda da auto-estima, da cidadania.

Nascimento (2003, p. 61) destaca que há três acepções, do ponto de vista sociológico do termo exclusão social.

A primeira, o conceito de exclusão social aproxima-se do de discriminação racial, sexual, religiosa, ou outra. Assim, toda discriminação ou rejeição social seria uma forma de exclusão social. A segunda, o não reconhecimento se traduz numa clara exclusão de direitos. São grupos sociais que não têm uma clara integração no mundo do trabalho, não possuindo, em decorrência, condições mínimas de vida. A terceira, denominada de nova exclusão. Neste caso, o não-reconhecimento vai além da negação ou recusa de direitos. É a recusa ao espaço de obtenção de direitos. Esses grupos sociais (moradores de rua, índios e modernômades – passam a “não ter direitos a ter direitos”. Sem serem reconhecidos como semelhantes, a tendência é expulsá-los da humanidade (NASCIMENTO, 2003, p. 61).

Concordamos com Nascimento (2003), quando ele observa que no cotidiano a concepção de exclusão social está atrelada à ótica de cidadania e não apenas na ótica econômica, o que pressupõe o reconhecimento do sujeito como um sujeito de direitos e, para além, possui o direito de ampliar os seus direitos. De acordo com Castel (2006, p. 63), essa parcela da população designados como “os excluídos” não constitui um grupo homogêneo.

São mais precisamente conjuntos de indivíduos separados de seus atributos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos da existência etc. (CASTEL, 2006, p. 63).

Costa (2005, p. 3) destaca que é “nesse contexto que insere-se a população em situação de rua”. Definindo essa população como heterogênea, composta por pessoas com realidades diferentes, mas que possuem a condição de pobreza extrema⁵ como característica em comum além da falta de pertencimento social (exclusão), representado, portanto, como um fenômeno radical expresso da “questão social”.

Assim, no próximo capítulo deste estudo partimos para refletir sobre o fenômeno da população em situação e os processos sociais mais amplos que envolvem a análise do tema.

2.2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Neste capítulo iremos contextualizar historicamente à população em situação de rua, tendo como objetivo caracterizar este fenômeno como uma das múltiplas manifestações da “questão social” na atualidade, que está diretamente ligada à expropriação dos meios de produção dessa parcela da população.

Araújo (2003) aponta que a realização de estudos envolvendo a população em situação de rua não é uma tarefa fácil, mas sim desafiadora. Para o mesmo autor:

O primeiro é que a vida dessas pessoas não é nada simples ou óbvia, como pode parecer pelo uso do jargão “população de rua”. Para além de tal jargão escondem-se diversidades, relações interpessoais e de trabalho complexas. Diferentes perfis e diferentes redes de sociabilidade podem ser encontradas nas ruas das grandes cidades (ARAÚJO, 2003, p. 88).

⁵ Pereira (1996, p. 25) define pobreza extrema ou absoluta como: “[...] uma categoria restrita, consagrada pela ideologia liberal ou neoliberal, a qual justifica e prioriza ações focalizadas e emergenciais, que suprem paliativamente (quando suprem) sintomas de carências profundas”.

Para Bursztyn (2003) o “fenômeno” população em situação de rua não é algo novo. “Viver no meio da rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto à própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo” (BURSZTYN, 2003, p. 19).

A produção e reprodução do fenômeno, população em situação de rua, vinculam-se a esse processo próprio da acumulação do capital, como uma expressão da pobreza imanente ao desenvolvimento e produção de riqueza pelo capitalismo (BRASIL, 2012a, p.1).

Fazendo uma retrospectiva histórica verifica-se em meados do século XVIII, os ingleses constituíram políticas públicas para a contenção da grande massa de pobres que migravam para as grandes cidades, alocando-as em suas cidades de origem, pois acreditava-se que estavam se tornando um “problema” para a sociedade. Com a queda do regime feudal e a instauração do capitalismo industrial a migração tornou-se um processo contínuo para os centros urbanos e com a não absorção de todo o contingente de pessoas nas indústrias, muitas passaram a fazer das ruas sua moradia e meio de sobrevivência (BURSZTYN, 2003).

Silva (2009) corrobora com a análise de Bursztyn (2003) ao situar que a gênese do fenômeno população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais na Europa, no contexto da denominada acumulação primitiva. Nesse período:

[...] os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente, nas cidades, os absorvesse com a mesma celeridade com que se tornaram disponíveis. Em face disso, muitos se transformaram em mendigos ou ladrões, principalmente por força das circunstâncias, fazendo aparecer o pauperismo [...]. É nesse contexto que se origina o fenômeno população em situação de rua (SILVA, 2009, p. 25).

Silva (2009) aponta a caracterização do surgimento da população em situação de rua perpassando por três pontos: o primeiro situado no diálogo com a ideologia marxista, sobre a acumulação primitiva, o segundo ligado ao pauperismo⁶ generalizado na Europa ocidental no século XVIII e a terceira em consonância a acumulação primitiva do capital, a formação de uma superpopulação relativa, também denominado de exército industrial de reserva, cujas necessidades são designadas pelo modo de produção capitalista.

⁶ O pauperismo é a parte da superpopulação relativa composta dos aptos para o trabalho, mas que não são absorvidos pelo mercado; dos órfãos e filhos de indigentes e dos incapazes para o trabalho (as pessoas com deficiências incapacitadas para o trabalho, pessoas idosas, enfermos etc.). É a camada da superpopulação relativa que vive em piores condições (SILVA, 2009, p. 100).

Silva (2009) destaca que para entender a forma de existência da superpopulação relativa é necessário levar em conta as fases cíclicas do capital. Dessa forma, na perspectiva marxiana ela aparece conforme as fases do ciclo industrial, em sua forma aguda, nos períodos de crise, e nas formas crônicas, nos períodos de relativa estabilidade. Entretanto, independente da forma que assume nas fases cíclicas, ela pode ser considerada como população flutuante, latente e estagnada.

A forma latente, de acordo com Silva (2009) está relacionada aos fluxos migratórios de trabalhadores rurais para as metrópoles, visto que os mesmos foram “expulsos” de seu território sem que em contrapartida fossem absorvidos pelo mercado de trabalho.

A forma estagnada apresentada por Silva (2009, p. 100) “representa a parte da classe trabalhadora em atividade, mas em ocupações irregulares, possui condição de vida abaixo do padrão médio da classe trabalhadora, considerada em sua totalidade”. Estes estão inseridos em condições de trabalho cuja carga horária é excedente, propiciando a extração de mais-valia, além de salários reduzidos e a falta de garantia de proteção social vinculadas ao emprego. Dentre os serviços desempenhados por essa parcela da população na forma estagnada estão os serviços de vigilância, lavadores de carro, catadores de materiais recicláveis, engraxate, dentre outras ocupações de perfil setorial não-organizado.

A forma flutuante conforme relata Silva (2009, p.98) “[...] reflete o movimento dos trabalhadores, nos grandes centros industriais, ora repelidos, ora atraídos pelo mercado de trabalho”. Essa parcela da população é constituída por pessoas com idade mediana que foram, por esta característica, bastante proveitosos aos interesses do capital industrial no advento do sistema de proteção social do Estado de Bem Estar Social europeu.

O advento do neoliberalismo a partir de 1970, com o processo de reestruturação produtiva e em conjunto ao movimento de internacionalização da economia produziu-se um acirramento considerável das desigualdades sociais, formas reveladas da exclusão social, advindas, portanto, da “questão social” fazendo com que aquela tendência se revertesse (NASCIMENTO, 2003). “Aumentaram as disparidades e as incertezas, ao passo que a pobreza extrema se acentuava” (BURSZTYN, 2003, p. 20).

No Brasil, os ajustes estruturais do neoliberalismo se deram a partir da segunda metade da década de 1980, com a reestruturação produtiva, além da reorganização das funções do Estado e a financeirização do capital. Os efeitos já conhecidos advindos desse processo como o agravamento do desemprego, da precarização das relações e condições de trabalho e a queda da renda média dos trabalhadores resultou num expressivo aumento da superpopulação relativa que teve como consequência posterior e indissociável o aumento das desigualdades sociais e níveis de pobreza da classe trabalhadora cada vez mais acentuada (BEHRING; BOCHETTI, 2012).

Os prostados no solo não são vistos como semelhantes, mas como bichos, espécies distintas. Estão sujos, cheiram mal e são feios. Não são homens e mulheres, embora um dia talvez o tenham sido. Pedacos perdidos da humanidade. Invadem as calçadas, incomodam. Os que vão às compras ou ao trabalho sentem-se indiferentes ou incomodados. Procuram não ver, escondem a irritação, o desagrado. Reclamam a si mesmos, no máximo, “desta polícia que não faz nada” ou, os de esquerda, “desta sociedade injusta”. Falam entre si como se no chão, ao lado, não existisse ninguém. Não são homens ou mulheres efetivamente, pois não são assim representados pelos que vão às compras ou ao trabalho (NASCIMENTO, 2003, p. 56).

Nascimento (2003, p. 80-81) aponta que a partir da década de 1980 a pobreza tornou-se, sobretudo urbana e metropolitana, e os sujeitos que passam a vagar nas ruas passaram a ser considerados pelas classes dominantes como bandidos em potencial, “[...] e, entre estes, os pivetes, que cheiram cola e roubam os transeuntes nas praças e ruas das grandes cidades. Sua figura mais ilustrativa é a do bandido urbano, “indivíduo geralmente escuro e nordestino” (NASCIMENTO, 2003, p. 80-81).

As pessoas em situação de rua “são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade” (SILVA, 2009, p. 106). Nascimento (2003) expõe que atualmente esse é um quadro comum observado, especialmente nos grandes centros urbanos brasileiros. Representa, talvez, a maior marca de exclusão social já vista.

Homens e mulheres que não são mais vistos como tais por seus semelhantes. E talvez já não se sintam também como tais. É como num jogo de espelho invertido: não há reflexo, não há retorno, mas fuga, distanciamento. Exclusão (NASCIMENTO, 2003, p. 56).

Nascimento (2003, p. 70) enfatiza que “[...] com essas mudanças sociais ocorrem transformações sociais a respeito destes indivíduos, pois eles não são apenas objeto de discriminação social”. Esses sujeitos passam a ser vistos, através da

percepção social, algo que parece ser propagar por osmose, como sujeitos perigosos, ameaçadores, bandidos.

São denominados, portanto como: “mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “contraventores”, “vadios”, “loucos”, “sujos”, “flagelados”, “náufragos da vida”, “rejeitados”, “indesejáveis”, “pedintes”, “encortiçados”, “toxicômanos”, “maltrapilhos”, “psicopatas”, “carentes”, “doentes mentais”, entre outros (SILVA, 2009, p. 119).

Assim, como podemos observar o fenômeno da população em situação de rua está vinculado a estrutura capitalista possuindo uma gama de fatores que o determinam tais como: 1) aqueles relacionados a ausência de moradia; a não existência de trabalho e renda; mudanças econômicas e institucionais de impetuoso impacto social. 2) Fatores biográficos (àqueles ligados a vida vivida de cada sujeito, dentre eles o rompimento de vínculos familiares, transtornos mentais, uso indiscriminado de álcool e outras drogas, acometimentos trágicos como a morte de todos os entes familiares ou outro infortúnio. 3) E os fatores ou fatos de natureza ou desastres de massas (dentre os quais se destacam os terremotos, inundações etc.) como principais causas do fenômeno população em situação de rua (SILVA, 2009, p. 105).

Somados a estas questões esta parcela da população tem somado em suas histórias a vivência de múltiplos problemas sociais que se interligam a questões econômicas, de migração, rompimento de vínculos familiares, desemprego, violência urbana, álcool e outras drogas (ARAÚJO, 2003).

No que se refere ao rompimento de vínculos familiares, enquanto fator biográfico, por exemplo, Silva (2009) destaca além da materialização da mesma por dificuldades econômicas, o qual refere não ser uma visão predominante em seus estudos, abordando outros elementos ou fatores ligados a história de vida dos sujeitos que proporcionam a fragilização desses mesmos vínculos como, por exemplo: desavenças afetivas, preconceitos relacionados à orientação sexual, intolerância quanto ao uso, dependência, ou abuso do álcool e outras drogas etc.

Compreende-se que a ausência de trabalho e renda regulares já está contemplada na noção de pobreza extrema, e que o uso frequente de álcool e outras drogas se impõe muito mais como uma estratégia de subsistência, capaz de ampliar a alienação acerca da situação de rua do que uma condição ou característica que a ajuda a definir esse contingente populacional (SILVA, 2009, p. 133).

De acordo com Bursztyn (2003, p. 37), quando o Estado deixa de garantir os mecanismos de proteção social “a exclusão tende a se manifestar não apenas na dimensão social, mas também na esfera da sobrevivência”.

Bursztyn (2003, p. 20) aponta que a população em situação de rua sobrevive através do acesso precário à máquina pública, utilizando-se dos serviços da assistência social, saúde entre outros. Além desses contam com a “ajuda”, no sentido assistencialista/caritativo, de grupos da sociedade civil como entidades religiosas, a caridade privada e a filantropia.

Diante disso, verifica-se a tendência de se naturalizar a “questão social”, uma vez que as respostas do Estado a este estrato da população são dadas a partir de programas de governo que possuem características focalizadoras de “combate a pobreza” ou “em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais” (SILVA, 2009, p. 113).

“É o que tem ocorrido, por exemplo, em relação à população em situação de rua no Brasil, que é frequentemente responsabilizada pela situação em que se encontra, é vítima de massacres e perseguições policiais” (SILVA, 2009, p. 113).

O Conselho Federal de Serviço Social (BRASIL, 2012a, p.1-2) aponta que:

As práticas higienizadoras que visam camuflar o fenômeno se manifestam pelas ações de despejos ou recolhimento forçado dessas pessoas das ruas; pelos bárbaros assassinatos e perseguições violentas, recorrentes nos tempos atuais. O não acesso as políticas sociais, associado às violações cotidianas ao direito de ir e vir, ao usufruto dos serviços urbanos, ao direito de permanência nas cidades e de acesso a todos os direitos destinados aos/às brasileiros/as expressam as discriminações sofridas por essa população.

De acordo com Costa (2005) o desafio está em alcançar novos olhares, que sejam estes positivos frente à população em situação de rua nesta sociedade marcada pelas intensas contradições, pela exclusão, na maior parte das vezes não percebidas pela sociedade em geral. A construção de políticas públicas cada vez mais eficazes constitui, de fato, o cerne central da abrangência protetiva do Estado para com esse público.

De acordo com dados da pesquisa nacional realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura entre agosto de 2007 a março de 2008, em 71 capitais, verifica-se que a população de rua representa um total de

31.922 adultos no país. Se somado ao número das capitais que realizaram as pesquisas em anos anteriores essa população pode chegar a 50 mil pessoas (BRASIL, acesso em 15 set. 2015). Cabe ressaltar que esse quantitativo não representa a totalidade de pessoas em situação de rua, visto que, não foram contabilizadas crianças e adolescentes e que não foram pesquisadas todas as cidades brasileiras. Esses valores representam, portanto, uma amostra da população que serve como valores de base (BRASIL, acesso em 15 set. 2015).

No que diz respeito ao perfil dessa população, a mesma pesquisa apontou que tratam-se: 82% são do sexo masculino, 53% tem idade entre 25 e 44 anos; 67% são negros; a maioria (o que representa 52,6%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 reais semanais; sendo composta, em grande parte, por trabalhadores (70,9% exercem alguma atividade remunerada); sendo que apenas 15,7% pedem dinheiro como principal forma de sobrevivência. Parte considerável destes sujeitos é de origem do município onde se encontra, ou locais próximos, 69,6% dormem na rua, sendo que cerca de 30% dorme na rua há mais de 5 anos; 22,1% dormem em albergues ou outras instituições; 95,5% do entrevistados não são adeptos de qualquer movimento social; 24,8% não tem qualquer documento de identificação; 61,6% não votam; 88,5% não são atendidas pelos programas governamentais, afirmando não receber qualquer benefício (BRASIL, acesso em 15 set. 2015).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (BRASIL, acesso em 15 set. 2015) revela ainda que, dentre as principais causas de essas pessoas estarem em situação de rua são: Alcoolismo/drogas (35,5%), Desemprego (29,8%) e Desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%).

Diante do contexto do surgimento do fenômeno população em situação de rua e dos dados sociodemográficos nacionais descritos acima, serão apresentadas a seguir as políticas e normativas jurídicas destinadas à atenção para com esse público.

2.3 A POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Ao identificarmos as políticas públicas destinadas à população em situação de rua verificamos que as mesmas são recentes no cenário nacional.

Silva (2009) aponta que na realidade brasileira ocorre uma tendência de se naturalizar o fenômeno população em situação de rua. Tal tendência está relacionada à inexistência até o final do século XX de políticas públicas e/ou sociais universalizantes e capazes de produzir respostas positivas na perspectiva de ampliar a cidadania desses sujeitos reduzindo-se a pobreza e a desigualdade que os permeia.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua foi aprovada somente no ano de 2009 (SILVA, 2009). No seu no art. 5º, define:

I – respeito à dignidade da pessoa humana; II – direito à convivência familiar e comunitária; III – valorização e respeito à vida e à cidadania; IV – atendimento humanizado e universalizado; e V – respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009a).

Há uma grande polêmica acerca do debate sobre as políticas sociais e suas funções e possibilidades no sistema capitalista. Vista sob a ótica liberal as políticas são baseadas na igualdade de oportunidades, no livre acesso aos bens e serviços e no bem-estar dos sujeitos que só se realiza dentro do mercado. Nessa perspectiva, negam-se as políticas universalizantes, abrindo espaço para políticas seletivas, focalizadoras. Sob a ótica marxista, no entanto, as políticas sociais são respostas mediadas pelo Estado Burguês, determinadas pelas lutas de classe, que atendem tanto as demandas do capitalista como dos trabalhadores (concessão x repressão). Entretanto, as políticas sociais apesar de materializarem os direitos sociais conquistados a duras penas não são capazes de eliminar as desigualdades sociais nem tampouco dissolver a estrutura de classes sociais (SILVA, 2009).

Nessa perspectiva, o ponto de partida para a apresentação das políticas destinadas a população em situação de rua para Silva (2009, p. 175) “[...] é o reconhecimento de que as políticas sociais no Brasil têm sido marcadas pela prevalência da lógica liberal em detrimento da perspectiva universalizante”. Ainda que as lutas advindas do processo de redemocratização e da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como marco legal do Estado de direito e da democracia, parecer ser o reconhecimento da abrangência de proteção universal para a população em geral (SILVA, 2009).

Conforme preconizado em todas as políticas públicas brasileiras a partir da Constituição de 1988, também a Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua e a construção de ações intersetoriais é

uma prerrogativa prevista para dar respostas às demandas dessa população (SERAFINO; LUZ, 2015, p.77).

No que diz respeito à Constituição Federal de 1988, essa parcela da população está amparada pelo marco legal da Assistência Social, onde se constitui em um dos tripés da Seguridade Social.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988).

No art. 203 da Constituição Federal Brasileira de 1988 está instituído que: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social [...]” (BRASIL, 1988).

A assistência social está regulamentada e organizada pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993: A Lei Orgânica da Assistência Social.

Art.1º. A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2003).

A Lei Orgânica de Assistência Social prevê em seus artigos 18 e 19 a construção da Política Nacional de Assistência Social, que foi aprovada pela resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Esta normativa prevê em seu artigo 18 e 19, também, o Sistema Único de Assistência Social para o Brasil e o direito à proteção social básica e especial no campo socioassistencial (BRASIL, 1993).

O Sistema Único de Assistência Social “é um sistema não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (BRASIL, 2005).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui-se na regularização e organização em todo território das ações socioassistenciais. Ações essas baseadas nas orientações da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Os serviços, programas e benefícios têm como objetivo atender às famílias, seus membros e indivíduos, estando às ações focadas no desenvolvimento das potencialidades de cada um e no fortalecimento dos vínculos familiares. Nesta concepção, o SUAS é a organização de uma rede de serviços, ações e benefícios de diferentes complexidades que se reorganizam por níveis de proteção social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (BRASIL, acesso em 26 set. 2014).

Entende-se por nível de Proteção Social Básica aquela que promove o acesso à assistência social às famílias em situação de vulnerabilidade. Possui como objetivo a prevenção de situações de risco através do desenvolvimento de possibilidades e

aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e da comunidade (BRASIL, acesso em 26 set. 2014).

Os Centros de Referência de Assistência Social são responsáveis por desenvolver os serviços, projetos e benefícios da rede de proteção social básica, assim como a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos (BRASIL, acesso em 26 set. 2014). Dentre os objetivos do CRAS estão:

Prevenir as situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, destinado a população em situação de vulnerabilidade social, em decorrência da pobreza, privação, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos relacionais (discriminações etárias, étnicas, de gênero, ou por deficiências). (BRASIL, acesso em 26 set. 2014).

“A Proteção Social Especial dedica-se aquelas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados” (BRASIL, acesso em 26 set. 2014).

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social são responsáveis por gerir e executar serviços e programas que contemplam a Proteção Social Especial na média e alta complexidade destinando-se a família e a indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido infringidos ou ameaçados.

Seguem abaixo os níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade e os serviços ofertados.

I – Serviços de Proteção Social Básica: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

II – Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III – Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: Abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, 2009b, p.5-6).

Outras ações em relação à população em situação de rua foram realizadas no âmbito nacional. No ano de 2005, por exemplo, foi realizado o 1º Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Ponto de partida para a visibilidade do fenômeno no país e que fomentou a atenção voltada para esse público no que diz respeito a criação de políticas públicas (BRASIL, acesso em 15 set. 2015).

Em 2006 foi decretado a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (CGTI) “com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua” (BRASIL, acesso em 15 set. 2015). Ainda no ano de 2006 foi instituída uma portaria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, a de nº 381, de 12 de dezembro de 2006, que diz respeito sobre o cofinanciamento de serviços continuados de acolhimento institucional para a população em situação de rua para os municípios acima de 300 mil habitantes (BRASIL, acesso em 15 set. 2015). Nos anos de 2007 e 2008 foi realizada a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua no país. Em 2009 foi realizado o 2º Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua e foi aprovada a resolução nº 109 de 11 de novembro, do Conselho Nacional de Assistência Social que criou a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, tipificando e consolidando a classificação nacional dos serviços socioassistenciais no país (BRASIL, acesso em 15 set. 2015).

Ainda no ano de 2009, instituiu-se a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, acesso em 15 set. 2015).

A partir de 2010 foi definida a “Instrução Operacional conjunta que reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal” (BRASIL, acesso em 15 set. 2015). Ainda no mesmo ano entra em vigor a resolução da Comissão Intergestores Tripartite pactuando meios de divisão de recursos do cofinanciamento federal para a ampliação dos Serviços Socioassistenciais com recursos advindos do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Abre-se ainda a “[...] aprovação da portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010 que dispõe sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais [...]” (BRASIL, acesso em 15 set. 2015). Por fim, em 2012, a portaria 139 dispõe sobre parâmetros para o cofinanciamento federal para oferta de serviços socioassistenciais pelo Centro de

Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP (BRASIL, acesso em 15 set. 2015).

De acordo com Sposati apud Costa (2005, p. 13) “é de responsabilidade da Política Pública da Assistência Social ofertar um conjunto de seguranças à população-alvo dessa política, entre as quais a autora destaca a segurança de convivência”. Observa ainda que existe um longo espaço a ser percorrido na garantia mínima do direito de cidadania visto os grandes impasses vivenciados por essas pessoas em situação de rua.

Serafino e Luz (2015) ressaltam que os princípios que regem a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua são princípios que “[...] significam uma definição de compromisso dos poderes constituídos com a integralidade desse segmento social” (SERAFINO; LUZ, 2015, p. 78). “[...] cujo objetivo é a preservação física e psíquica como forma de enfrentar, de forma digna, a exclusão dessas pessoas da vida em sociedade” (SERAFINO; LUZ, 2015, p. 78).

Silva (2009, p. 178) levanta a questão de que existem restrições de acesso às políticas sociais da assistência social, habitação, trabalho, renda, e são extensivas também a outras políticas como as de saúde e educação. Tal fato é observado nas exigências e critérios preestabelecidos das políticas sociais que terminam por materializar a seletividade e a não universalidade das mesmas objetivando assim o não estabelecimento de estratégias que possam ampliar os direitos sociais, mas de criar meios pelo qual irá averiguar-se minuciosamente quem vai ser escolhido para ser incluído, conformando-se assim com os atendimentos residuais.

Apesar da complexidade da estrutura da rede, da diversidade de ações desenvolvidas e do compromisso das equipes para com o trabalho, existem diversas questões que nos remetem à necessidade de uma intersetorialidade mais efetiva entre os serviços de rede [...] (SERAFINO; LUZ, 2015, p. 82).

2.3.1 A Política de Assistência Social e a atenção a população de rua adulta no município de Vila Velha/ES

No município de Vila Velha, local onde foi realizado o estudo, são ofertados os serviços socioassistenciais propostos pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009, dirigidos à população em situação de rua. A seguir, serão apresentados os Serviços destinados à população em situação de rua adulta.

Dentre os citados estão o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), ambos da Proteção Social Especial de Média Complexidade, ofertado pelo CREAS (VILA VELHA, 2014).

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b) o Serviço Especializado em Abordagem Social é um Serviço:

[...] ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar o trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamentos de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais com intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva de garantia de direitos. (BRASIL, 2009b, p.27).

Os objetivos propostos para esse Serviço são:

Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições; Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias; Promover ações para a reinserção familiar e comunitária (BRASIL, 2009b, p.28).

Já o Centro Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) é um espaço destinado a esse público que oferta atendimento social, com apoio e acolhida, visando o resgate da autonomia. Neste espaço são realizadas atividades de “[...] higiene pessoal, alimentação, encaminhamentos diversos, guarda de pertences. Para migrantes e pessoas em situação de rua de outros municípios são ofertadas passagens, visando à reintegração familiar” (VILA VELHA, acesso em 12 mar. 2105).

O Centro Pop recebe famílias e/ou indivíduos que chegam através da equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social, ou por demanda espontânea, e são encaminhados ao atendimento de profissionais como “assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, advogados, além da realização de oficinas motivacionais e socioeducativas” (VILA VELHA, acesso em 12 mar. 2105).

O município conta ainda com o Serviço de Acolhimento Institucional da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Para a população em situação de rua adulta são ofertados dois abrigos: O abrigo João Calvino, destinado a população de rua e

migrantes, maiores de 18 anos, de ambos os sexos, com capacidade de abrigamento de até 35 pessoas ao mês e o abrigo Bom Samaritano também destinado a população de rua e migrantes, maiores de 18 anos, do sexo masculino com capacidade de atendimento de até 19 pessoas ao mês (VILA VELHA, acesso em 11 mar. 2105).

O objetivo proposto pelo Serviço de Acolhimento Institucional é oferecer abrigo temporário, até que o retorno do sujeito seja viabilizado à sua cidade de origem, contando com a possível reintegração no seio familiar ou ainda o alcance de autonomia do sujeito por meio de acompanhamento profissional especializado e articulado com os demais Serviços da rede socioassistencial (VILA VELHA, acesso em 11 mar. 2105).

Dentre as atividades desenvolvidas no Serviço de Acolhimento Institucional estão o acompanhamento social e psicológico das pessoas que se encontram em situação de rua, atividades socioeducativas, encaminhamentos para a rede socioassistencial, entre outros (VILA VELHA, acesso em 11 mar. 2105).

3 METODOLOGIA

Nessa pesquisa, o objetivo geral é analisar a história de vida da população em situação de rua acompanhada pela equipe de abordagem social do município de Vila Velha. Entre os objetivos específicos estão: identificar as principais causas que levam os sujeitos a estarem em situação de rua no município e identificar dados sociodemográficos.

Gil (2010, p. 1) define pesquisa como “o procedimento racional e sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Para a obtenção de respostas para os problemas postos, faz-se necessário o uso de uma metodologia que segundo Barros e Lehfeld (2007, p. 2), “corresponde a um conjunto de procedimentos a ser utilizados na obtenção do conhecimento”. Ou ainda, “[...] o estudo da melhor maneira de abordar determinados problemas no estado atual de nossos conhecimentos. Não procura soluções, mas escolhe maneira de encontrá-las [...]” (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 2).

Para a realização desse estudo foi utilizada a pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva é identificada por Andrade (2010, p. 112) como uma pesquisa onde “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”. Barros e Lehfeld (2007, p. 84) corroboram que:

Nesse tipo de pesquisa, não há a interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos.

A pesquisa foi realizada no Serviço Especializado em Abordagem Social do Município de Vila Velha/ES. O Serviço Especializado em Abordagem Social está incluso na Proteção Social Especial de Média Complexidade no âmbito do Sistema Único de Assistência Social ofertado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (BRASIL, acesso em: 15 set. 2015).

A coleta dos dados foi realizada a partir da pesquisa documental que envolveu prontuários institucionais da população em situação de rua acompanhada pelo Serviço Especializado em Abordagem Social do município de Vila Velha. A população em situação de rua acompanhada pelo Serviço Especializado em Abordagem Social compreende aproximadamente 150 pessoas. A nossa

amostragem de prontuários envolveu 80 prontuários, o que representa representam 53,33% do universo.

De acordo com Gil (2010, p. 30), a pesquisa documental “é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia”.

Gil (2010, p. 30), destaca ainda que a pesquisa documental possui implicações próximas da pesquisa bibliográfica, entretanto, o que as diferem é a fonte onde são coletados os dados. Neste sentido, Gil (2010, p. 31) destaca que as fontes mais utilizadas na pesquisa documental são:

1. documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações;
2. documentos pessoais, como cartas e diários;
3. material elaborado para fins de divulgação, como folders, catálogos e convites;
4. documentos jurídicos, como certidões, escrituras, testamentos e inventários;
5. documentos iconográficos, como fotografias, quadros e imagens; e
6. registros estatísticos.

Além disso, a coleta dos dados contou com a técnica da entrevista aberta, não sendo utilizado roteiro prévio, com 5 usuários acompanhados pelo Serviço. A seleção da amostragem das pessoas bem como dos prontuários foi realizada através de escolha aleatória simples, não sendo, portanto, probabilística. A entrevista aberta que abrange 05 pessoas, representando 3,33% da população total.

Marconi e Lakatos (2011, p. 80) definem entrevista como “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Para Barros e Lehfeld (2007, p. 109), existem vantagens na utilização da entrevista para a coleta de dados, entre elas estão:

- a) O pesquisador consegue maior flexibilidade. A entrevista pode ser aplicada em qualquer segmento da população, isto é, o entrevistador pode formular e reformular as questões para melhor entendimento do entrevistado.
- b) O entrevistador tem a oportunidade de observar atitudes, reações e condutas durante a entrevista.
- c) Há oportunidade de obter dados relevantes e mais precisos sobre o objeto de estudo.

Para a realização das entrevistas individuais foi solicitado autorização prévia e por escrito aos sujeitos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE E) bem como autorização da coordenação do Serviço (APÊNDICE D).

As entrevistas tiveram seu áudio gravado, após consentimento dos sujeitos envolvidos e posteriormente foram transcritas e definidas as categorias a serem analisadas.

Para o tratamento dos dados foi utilizada a abordagem quali quantitativa. Para Barros e Lehfeld (2007, p. 111), “o tratamento dos dados pode ser feito por procedimentos quantitativos e/ou de caráter qualitativo. Goldenberg (2005, p. 62) assinala que:

A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de uma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos.

O mesmo autor aponta que:

Enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerá dados que podem ser generalizáveis, os métodos qualitativos poderão observar diretamente como cada indivíduo, grupo ou instituição experimenta, concretamente a realidade pesquisada. A pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis que podem ser estudadas quantitativamente (GOLDENBERG, 2005, p. 63).

Nesta perspectiva os métodos de abordagem quantitativos e qualitativos deixam de ser vistos como incompatíveis e são concebidos como complementares. (GOLDENBERG, 2005, p. 63).

Para os dados coletados nos prontuários através da pesquisa documental foi realizada a análise quantitativa das categorias estabelecidas utilizando-se de tabulação manual traço-e-risco⁷ dos dados. De acordo com Abramo apud Marconi; Lakatos (2011, p. 140) a tabulação é definida como sendo “a arrumação dos dados em tabelas, de maneira a permitir a verificação das relações que eles guardam entre si”. A tabulação manual por sua vez é entendida por Marconi; Lakatos (2011, p. 141), “como o próprio nome indica, são tabulações feita à mão”.

Após o tratamento dos dados documentais estes foram distribuídos em gráficos o que auxiliou na interpretação e análise e possibilitou a relação destes à luz do marco teórico.

⁷ O mais fácil dos procedimentos, consiste em traçar uma linha convencional, de fácil conjunto, em relação a cada caso compreendido na série que se conta (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.141).

Realiza-se o “traço-e-risco” mediante a elaboração de um quadro de frequência: à esquerda colocam-se os números das categorias ou grupos e ao lado deles vão-se anotando os dados, por meio de riscos. Para facilitar a contagem, os traços devem ser agrupados em conjuntos de cinco (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.141).

Já as entrevistas foram transcritas e posteriormente realizamos a redução dos dados obtidos, retirando-se os elementos de maior relevância, estando estes em confluência com os objetivos estabelecidos para a pesquisa. Após, foram codificados estabelecendo-se as categorias emergentes e posteriormente interpretados. As categorias selecionadas foram às diversas dimensões da vida em sociedade dos sujeitos (relações com a família, com o trabalho, com o uso de drogas e violência, com amigos, igreja).

Com procedimentos éticos observamos a resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Dentre os itens estabelecidos e utilizados para esta pesquisa destacam-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e normas de confidencialidade e privacidade envolvendo pesquisas com seres humanos.

II.23 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar (BRASIL, 2012b).

As normas regulamentadoras da Resolução 466/12 destacam ainda que as pesquisas com seres humanos devem:

Prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiros (BRASIL, 2012b).

Os dados foram coletados após a submissão e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo. Após a aprovação foi submetido à instituição co-participante a Declaração da Instituição Co-participante (Apêndice D) e aos participantes da pesquisa o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice E) para que o mesmo possa fornecer os dados para a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

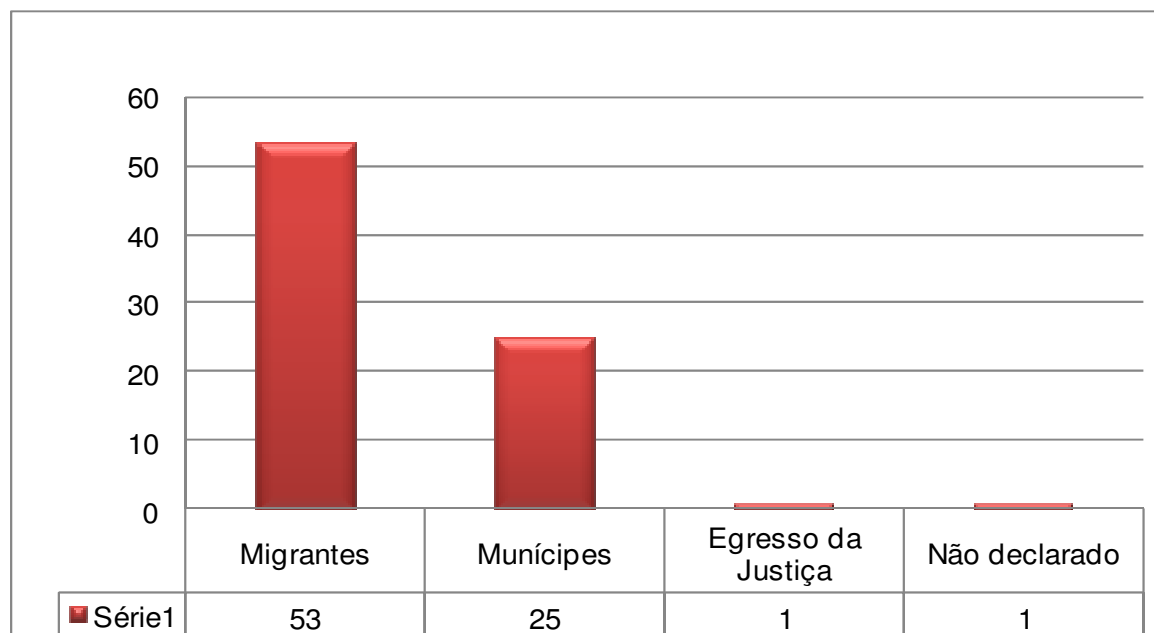
A apresentação e discussão dos resultados foram divididas em dois blocos.

No primeiro momento foram apresentados os dados quantitativos. Estes referem-se aos dados sociodemográficos coletados nos prontuários do Serviço Especializado em Abordagem Social do município de Vila Velha apresentados através de gráficos. São dados primários, pois não foram tratados inicialmente e nem publicados. As categorias apresentadas são: Perfil da origem; Sexo; Orientação sexual; Cor; Estado Civil; Idade; Escolaridade; Uso de drogas; Tipos de drogas utilizadas; Contato com a família; Manifestação de retorno a família; Tempos nas ruas; Motivo aparente de estar em situação de rua; Albergamento/Institucionalização e Envolvimento com a justiça. As discussões acerca dos resultados perpassam os objetivos inicialmente propostos para a elaboração dessa pesquisa bem como estão em articulação com o quadro teórico.

No segundo momento serão apresentados os dados qualitativos. Os dados foram obtidos através de entrevistas individuais. As categorias emergentes referem-se às diversas dimensões da vida em sociedade dos sujeitos (relações com a família, com o trabalho, com o uso de drogas e violência, com amigos, igreja etc.). Essa é uma oportunidade de analisar o fenômeno através do olhar de quem vive nesta situação. Estes também foram interpretados à luz do marco teórico.

DADOS QUANTITATIVOS (DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS)

Gráfico 01 – Perfil da Origem



Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

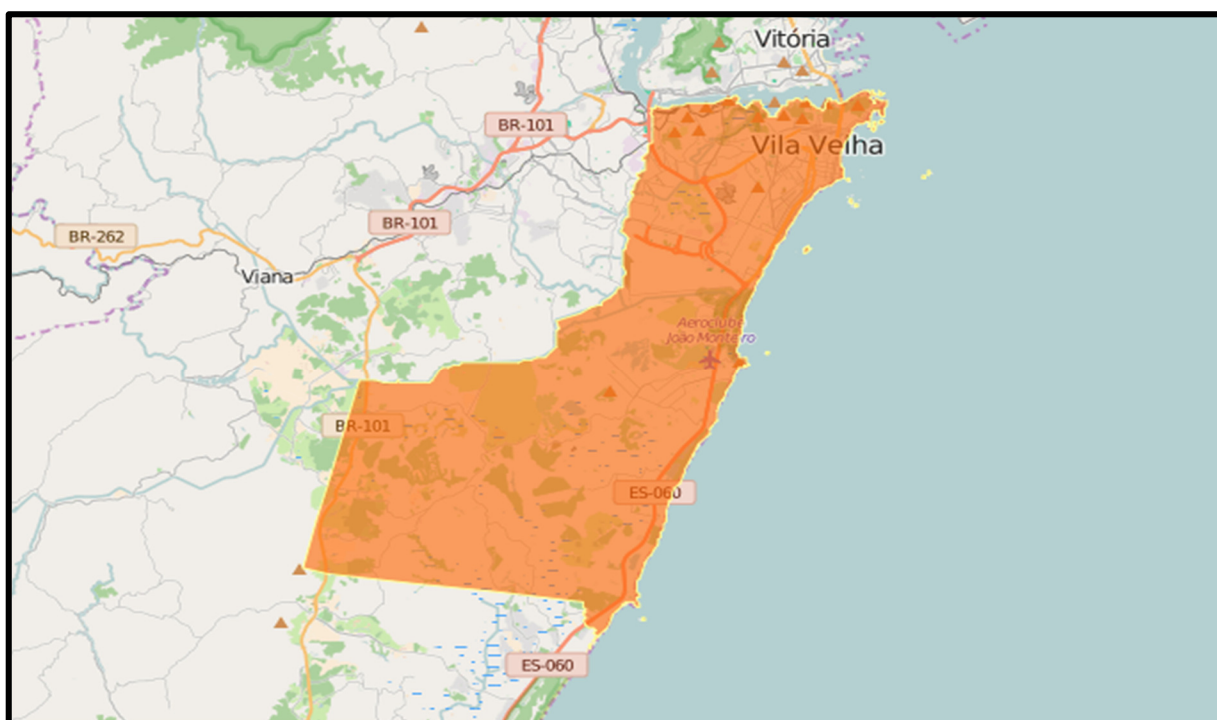
Em relação ao perfil da origem, a amostra revela que 66,25% são migrantes, cerca de 53 pessoas. 31,25% são munícipes, aproximadamente 25 pessoas. 1,25% egresso da justiça e 1,25% não declaram, representado por uma pessoa cada.

O número que se destaca é o de migrantes. Com base nos referenciais teóricos, observa-se que desde o início do capitalismo industrial, grandes massas populacionais deixaram ou foram “expulsos” do campo ou migraram de outras cidades em busca de emprego nas indústrias. Porém, com a não absorção dos mesmos, passaram a ocupar as ruas como espaços de moradia e sobrevivência (SILVA, 2009).

O exército industrial em sua forma latente, de acordo com Silva (2009) está relacionado aos fluxos migratórios de trabalhadores rurais para as metrópoles, visto que os mesmos foram “expulsos” de seu território sem que em contrapartida fossem absorvidos pelo mercado de trabalho.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016) o município de Vila Velha contava em 2010 com uma população de 414.586 habitantes. A estimativa de população para 2015 foi de 472.762 habitantes. Esse crescimento sugere o município como em desenvolvimento econômico fazendo com que sua população aumentasse em 58.176 habitantes em 5 anos.

Figura 1 - Mapa Territorial do Município de Vila Velha/ES



Fonte: IBGE, acesso em: 21 fev. 2016.

Ao analisar os dados da amostra da população em situação de rua do município, observa-se uma alta taxa de migração dessa população para a cidade o que pode sugerir que o município de Vila Velha estando em considerável desenvolvimento econômico nos últimos anos “funciona” como um atrativo para a busca de trabalho e também moradia.

Em contraposição, Escorel (2003) ressalta que “a capacidade de sonhar é o que permite distinguir o movimento do migrante daquele da população em situação de rua”.

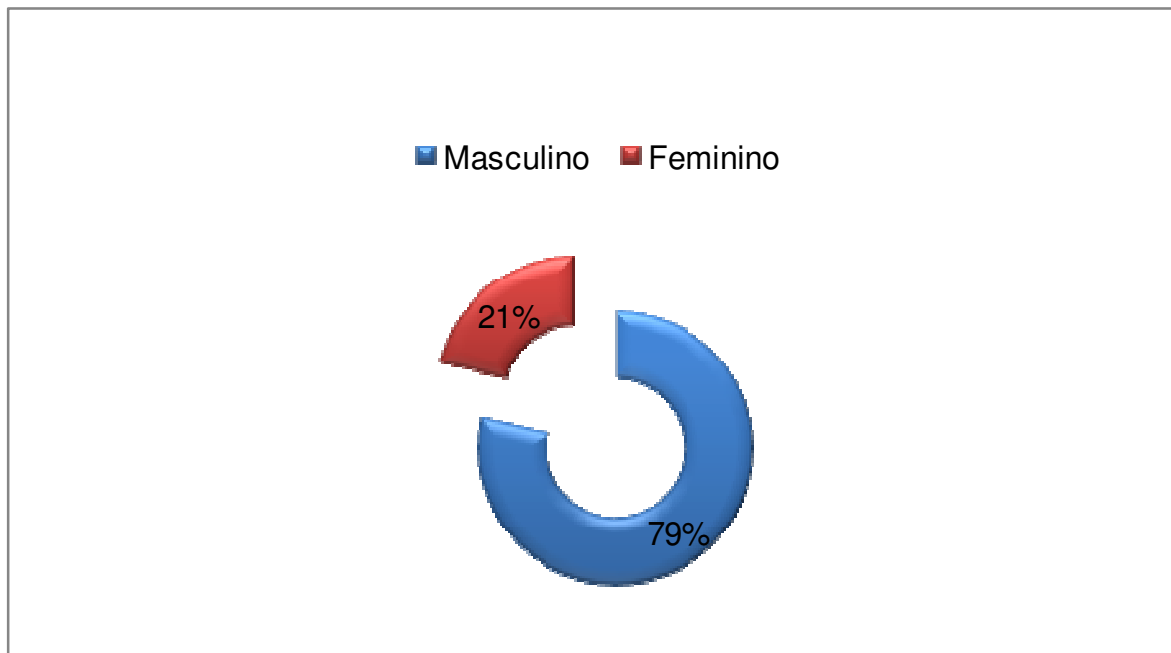
Para D’Incao apud Escorel (2003, p. 167):

O sonho de encontrar as condições para viver com mais dignidade é o elemento energizador da errância que nutre os processos migratórios em

nosso país. Se estou certa, o homem de rua seria o homem que deixou de sonhar.

Considerando ainda as necessidades de qualificação profissional exigido pelo mercado, sobretudo, após a reestruturação produtiva a partir de 1970, conforme destaca Behring e Boschetti (2011), muitas dessas pessoas não conseguem ser inseridas no mercado de trabalho, conforme aponta a baixa escolaridade apresentada no gráfico 7 deste capítulo, onde a maioria das pessoas possuem o ensino fundamental incompleto. Destarte, os sujeitos que vem para o município com a objetivação de oportunidades encontram barreiras impostas pelo mercado, o qual representa um dos fatores que os aloca em situação de rua, obrigando-os a viverem por meio de empregos informais como vendedores de produtos nas praias da cidade, catação de material reciclável (alumínio, papelão, cobre) ou simplesmente vivem em situação de mendicância, sobrevivendo pelo assistencialismo de setores da sociedade civil como as entidades religiosas ou por serviços públicos destinados a esta parcela da população, como exemplo, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Dessa forma, essa população acaba transitando entre a forma latente, estagnada e flutuante do exército industrial de reserva (SILVA, 2009).

O migrante se move continuamente, pois está à procura de um futuro “melhor”, mas a população de rua perdeu sua habilidade de sonhar ou essa capacidade está envolta na névoa da embriaguez, que a faz acreditar ser possível o que a realidade lhe mostra, dura e cruamente, ser inatingível. As perspectivas de futuro estão bloqueadas e a vida está limitada a conseguir sobreviver (SCOREL, 2003, p. 167).

Gráfico 2 – Sexo

Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

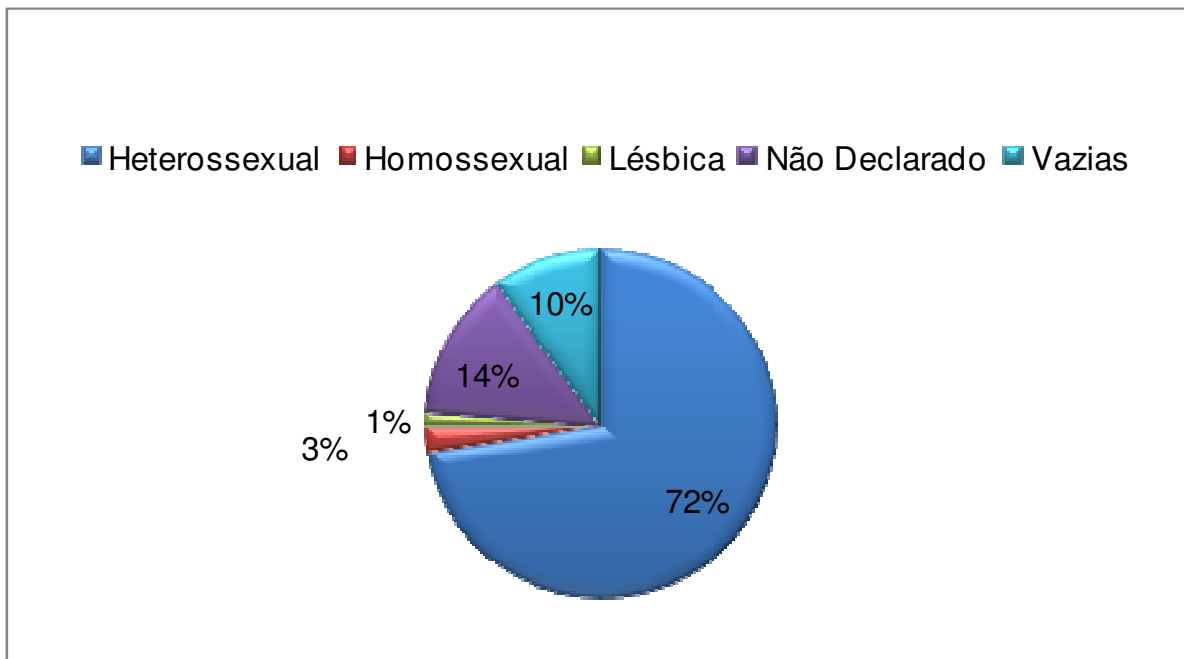
Sistematização: Elaboração própria.

Em relação ao sexo, observa-se a predominância do sexo masculino representando 79% da amostra equivalente a aproximadamente 63 pessoas. Já o sexo feminino representa 21% da amostragem com 17 pessoas. Se comparados com a pesquisa nacional onde 82% das pessoas em situação de rua são biologicamente homens, os dados obtidos na amostra do município se aproximam dos dados nacionais.

Conforme destaca Silva (2009), fatores histórico-culturais influenciam na tendência de pessoas do sexo masculino ser a maioria dentre os encontrados em situação de rua.

No gráfico 10 que diz respeito sobre o “contato com a família” será discutida a importância da mesma como sendo um espaço potencializador de ações positivas e negativas para seus integrantes no que diz respeito o uso, abuso e dependência de drogas. A discussão lá referida perpassa o modelo de família presente no contexto de cada sujeito. É nesse sentido, como abordado por Szymanski (2005), o modelo de família vivida na contemporaneidade.

Gráfico 3 – Orientação Sexual

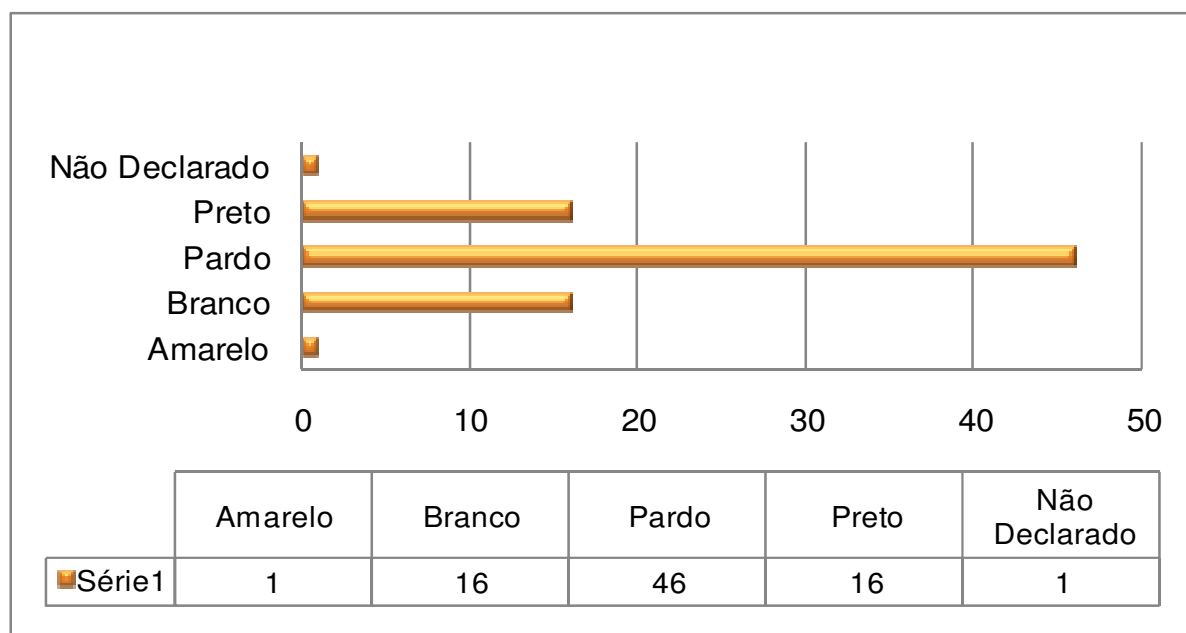


Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

Já em relação à orientação sexual dos indivíduos, a amostra revela a predominância de sujeitos que se autodeclararam heterossexuais, representando 72% do total da amostra, girando em torno de aproximadamente 58 pessoas. 14% não declararam, cerca de 11 pessoas. 10% não opinaram, representando 8 pessoas. 4% aparecem no perfil homossexual representado por aproximadamente 3 pessoas.

A minoria aqui representada pela população homossexual poderi-se-a estar relacionada ao que Silva (2009) relata que por motivos de opção sexual diferentes dos padrões impostos pela sociedade muitas pessoas perdem os vínculos familiares devido a conflitos dessa ordem e adentram em situação de rua.

Gráfico 4 – Cor

Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

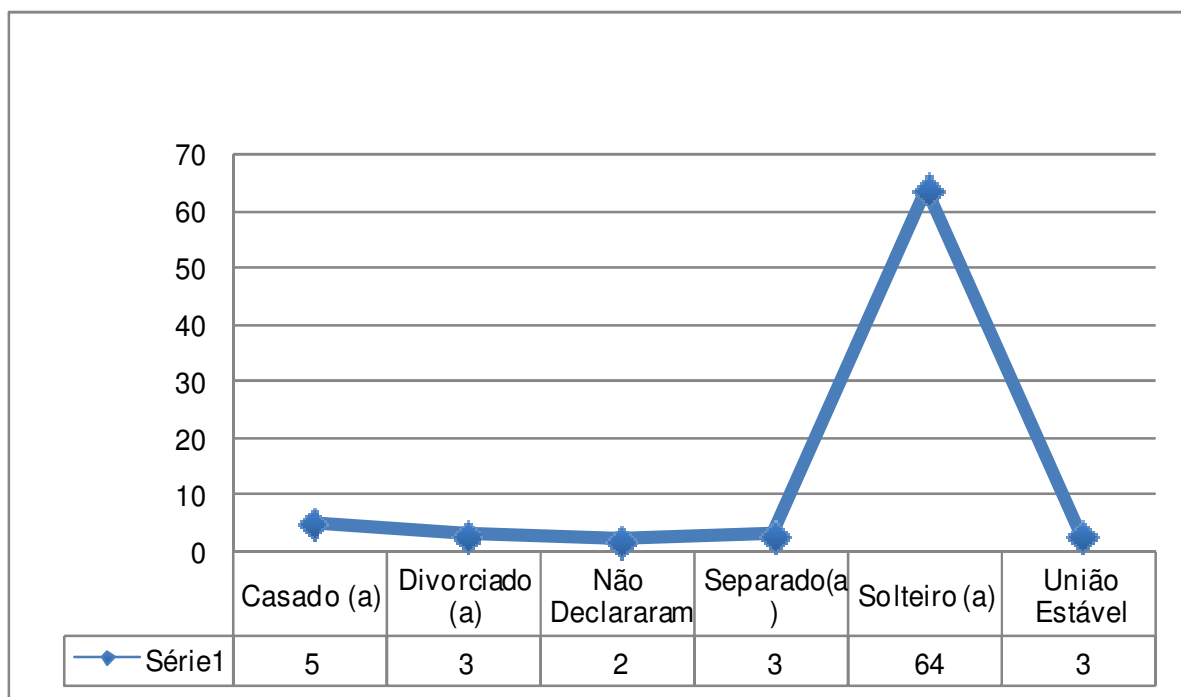
Em relação a cor, a amostra revela que 57,5% das pessoas se declaram pardas, cerca de 46 pessoas. 20% se autodeclaram pretos/negros, representado por 16 pessoas. 20% brancos, com 16 pessoas. 1,25% são amarelos, cerca de 1 pessoa. Outros 1,25%, representado por uma pessoa não quis declarar.

Se comparados com a pesquisa nacional onde 67% das pessoas são negras, a diferença é de 47% dos dados da amostra. Entretanto, considerando as dificuldades de acesso de pardos e negros no mercado de trabalho, os dados somados da amostra representam 77,5% atravessando a média nacional.

Os sujeitos que se declararam pardas, o qual representa maior porcentagem da amostra, sofrem estigmas que os negros também sofrem. Historicamente acompanhamos a dificuldade de inserção das pessoas com pele negra ao mercado de trabalho e tantos outros espaços. Quando inseridas ocupam os cargos/postos menos avantajados. Associam-se ainda o negro ao marginal, morador da periferia, usuário de entorpecentes. São marcas sociais ainda advindas do período de escravidão e do não reconhecimento dos mesmos enquanto sujeito de direitos. As condições históricas levam esses grupos a viverem em condições de subalternidades marcados pela violência e intolerância. Sofrem um processo de

exclusão, sugerindo a não inserção desses sujeitos em diversas dimensões da vida em sociedade, o que termina em muitos casos compor o fenômeno população em situação de rua (BURSZTYN, 2003).

Gráfico 5 – Estado Civil



Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

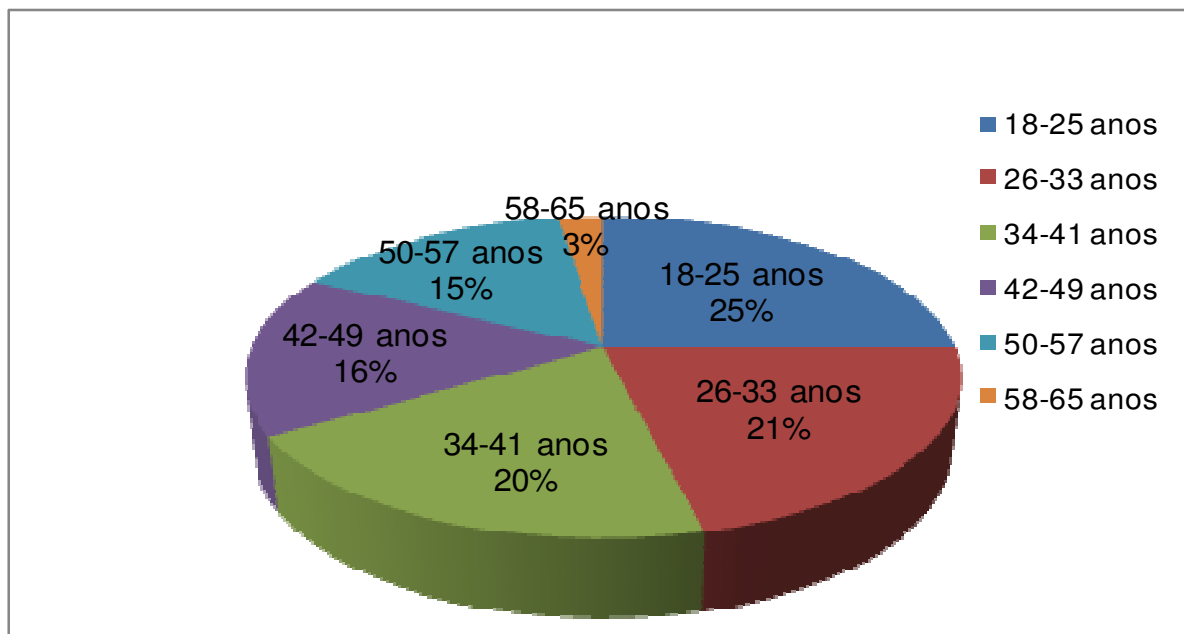
No elemento estado civil, a amostra obtida revela que 64 pessoas são/estão solteiras, cerca de 80%. 5 pessoas são casadas, aproximadamente 6,25%. Divorciados, separados e união estável com 3 pessoas, com um total de 3,75% cada. 2 pessoas não declararam, representado por 2,5%.

O perfil maior é composto por sujeitos solteiros. A amostra sugere que a composição desse grupo heterogêneo segue a tendência de manter um individualismo nas relações.

Destarte, pode sugerir também o rompimento do modelo padrão de constituição de familiar nuclear burguesa citado por Szymanski (2005). Devido as pressões sofridas por esses sujeitos na busca da autossententação e ainda na constituição de um mesmo modelo familiar igual ao que pertenceu, cujos reflexos podem estar

associado a falta de pertencimento social, levando-os a compor o fenômeno em situação de rua cuja característica “solteiro” é predominante.

Gráfico 6 – Idade



Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

Em relação a idade a amostra apresenta os seguintes quantitativos: 25% das pessoas possuem entre 18-25 anos, cerca de 20 pessoas. 21% possuem idade entre 26-33 anos, aproximadamente 17 pessoas. 20% com 34-41 anos, com 16 pessoas. 16% com idade entre 42-49 anos, aproximadamente 13 pessoas. 15% entre 50-57 anos, com 12 pessoas e 3% com idade entre 58-65 anos, aproximadamente 2 pessoas.

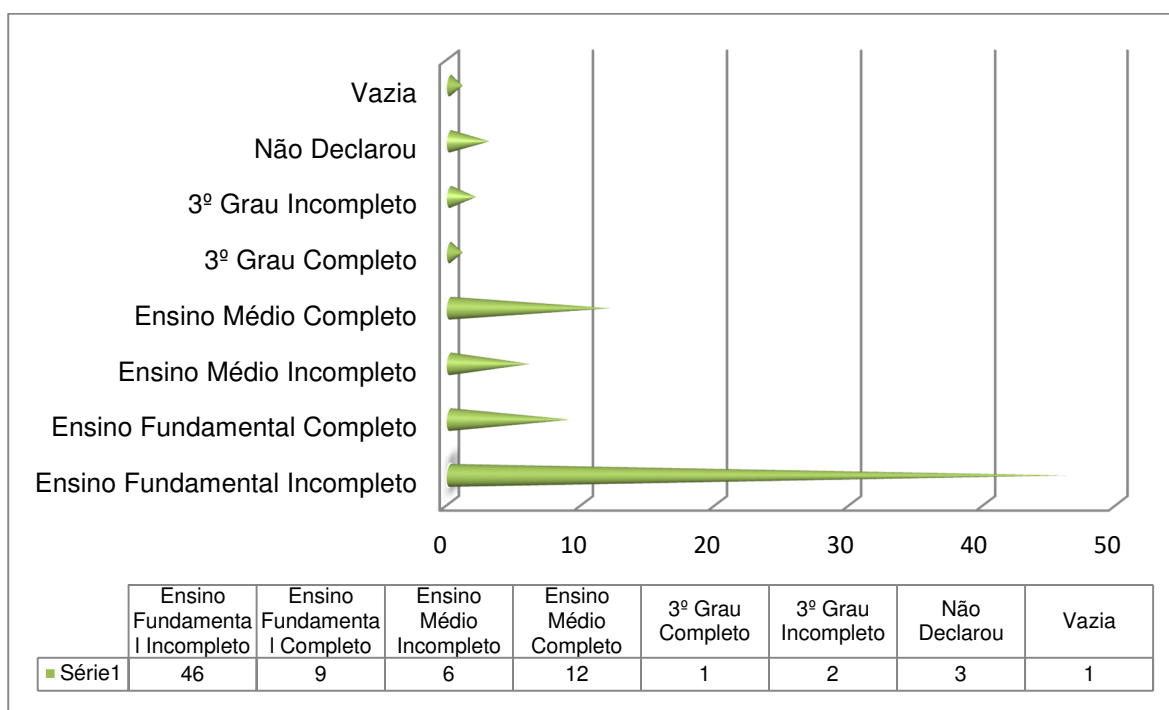
Os valores da amostra, destacando as idades entre 18-41 anos equivalente a 66% se comparados com a pesquisa nacional onde as idades entre 18-44 anos, são equivalente a 53%, os dados são relativamente proximais.

Os resultados obtidos sugerem que a maioria dos sujeitos estão em idade ativa. São sujeitos que podem/poderiam estar exercendo algum tipo de atividade econômica.

Ressalta-se, conforme descrito por Silva (2009), que o fenômeno população em situação de rua é um fenômeno multideterminado, associado, contudo a estrutura capitalista.

Nessa perspectiva, a amostra sugere que esses indivíduos em idade ativa fazem parte da forma flutuante do exército industrial de reserva citado por Silva (2009). Essa parcela ainda carece de qualificação profissional conforme apontam os dados no gráfico abaixo, refletindo assim, na composição do fenômeno população de rua.

Gráfico 7 – Escolaridade



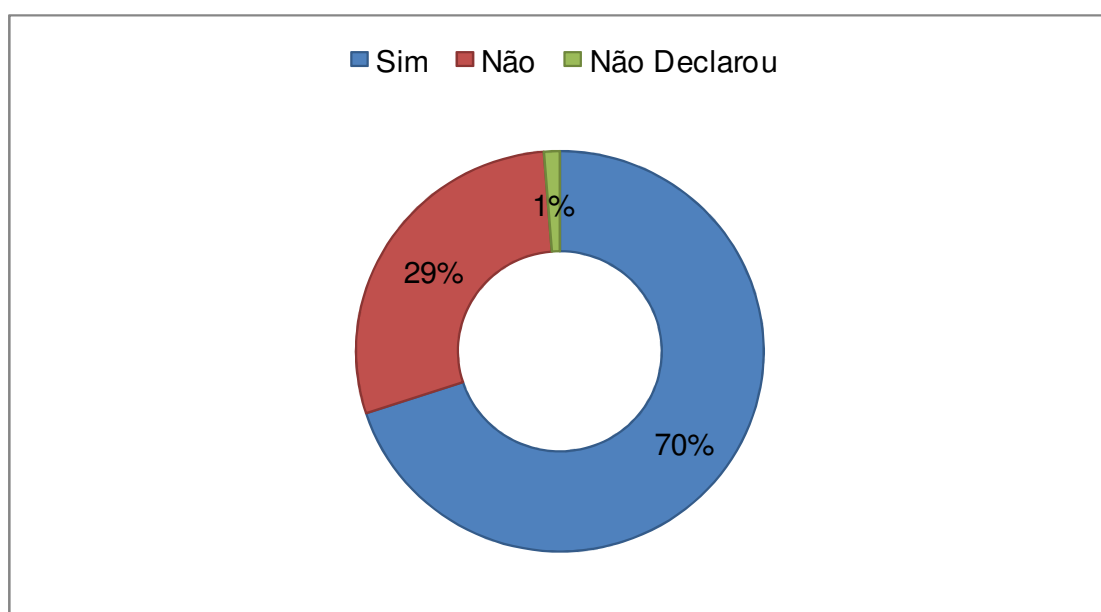
Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

No quesito escolaridade, a amostra revela que ocorre a predominância de pessoas com o ensino fundamental incompleto, representado por 57,5%, cerca de 46 pessoas. Outros 11,25% possuem o ensino fundamental completo, cerca de 9 pessoas. Com o ensino médio completo temos 12 pessoas, cerca de 15% e para o ensino médio incompleto temos 6 pessoas, cerca de 7,5%. O índice de pessoas com grau de escolaridade superior é o menor. Representado por uma pessoa com ensino superior completo, cerca de 1,25% e duas pessoas com o ensino superior incompleto, cerca de 2,5%.

Com a reestruturação produtiva, ocorrida na década de 1970, citado por Behring e Boschetti (2011), ocorreram mudanças conjunturais que “forçaram” os sujeitos a se adaptarem as essas condições sendo que uma delas está relacionada a qualificação/especialização profissional. Distante disso, o sujeito que não está adequado as exigências do mercado está condicionado ao desemprego ou quando qualificado, por vezes condicionados a salários baixos.

Gráfico 8 – Uso de Drogas



Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

A amostra revelou ainda que 70% dos sujeitos declaram ser usuários de algum tipo de droga lícita ou ilícita, cerca de 56 pessoas. Outros 29% declaram não fazer uso de qualquer substância, aproximadamente 23 pessoas. 1% não declarou, cerca de 1 pessoa.

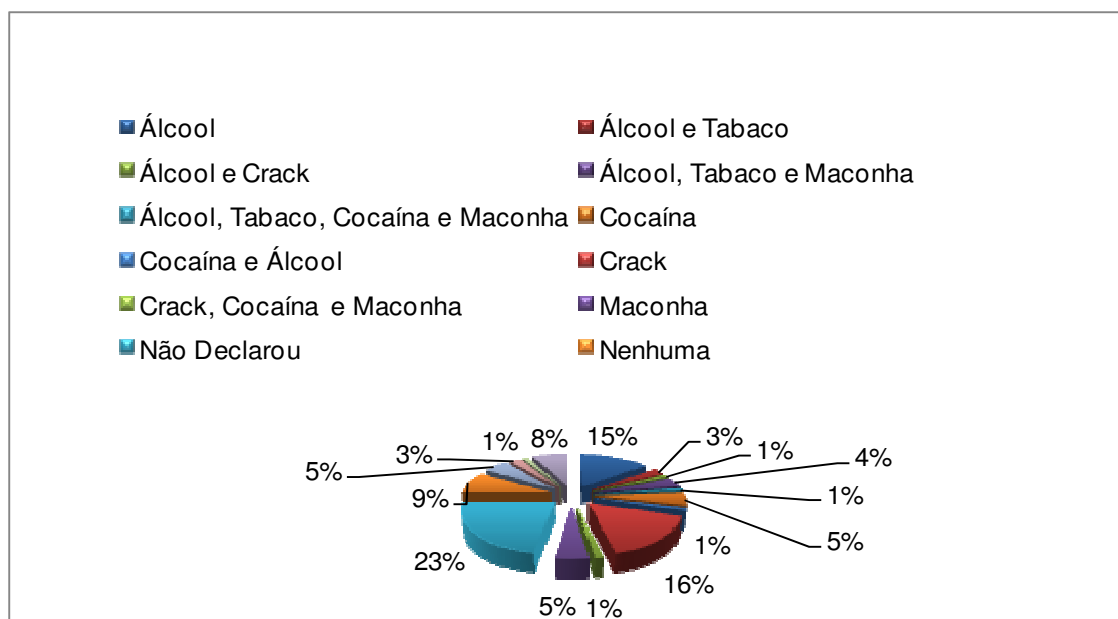
O uso frequente de álcool e outras drogas conforme aponta Silva (2009), “[...] se impõe muito mais como uma estratégia de subsistência, capaz de ampliar a alienação acerca da situação de rua do que uma condição ou característica que a ajuda a definir esse contingente populacional (SILVA, 2009, p. 133).

O uso dessas substâncias pode sugerir dentre outras a fuga da realidade vivenciada nas ruas conforme observado durante o tempo de estágio e durante a realização da pesquisa, funcionando como um meio pelo qual os sujeitos se abstenham da fome,

do frio, de fatores ligados a subjetividade como a solidão, a falta de pertencimento, a exclusão, o distanciamento dos familiares etc.

Se comparado com a pesquisa nacional onde a taxa de uso de álcool/drogas chega a 35,5%, a amostra do município mostra-se consideravelmente elevada, chegando a ser duplicada na comparação, correspondendo a 70%.

Gráfico 9 – Tipos de Drogas Utilizadas



Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

Em relação ao item anterior referente às pessoas que se autodeclararam usuárias de algum tipo de droga, a amostra revela que a maioria dos usuários fazem uso misto de drogas.

Pessoas que utilizam somente o crack representam a primeira maior porcentagem, cerca de 13 pessoas representado por 16%. Somando-se as que utilizam crack associado a outras drogas o número se eleva aos 18,75%.

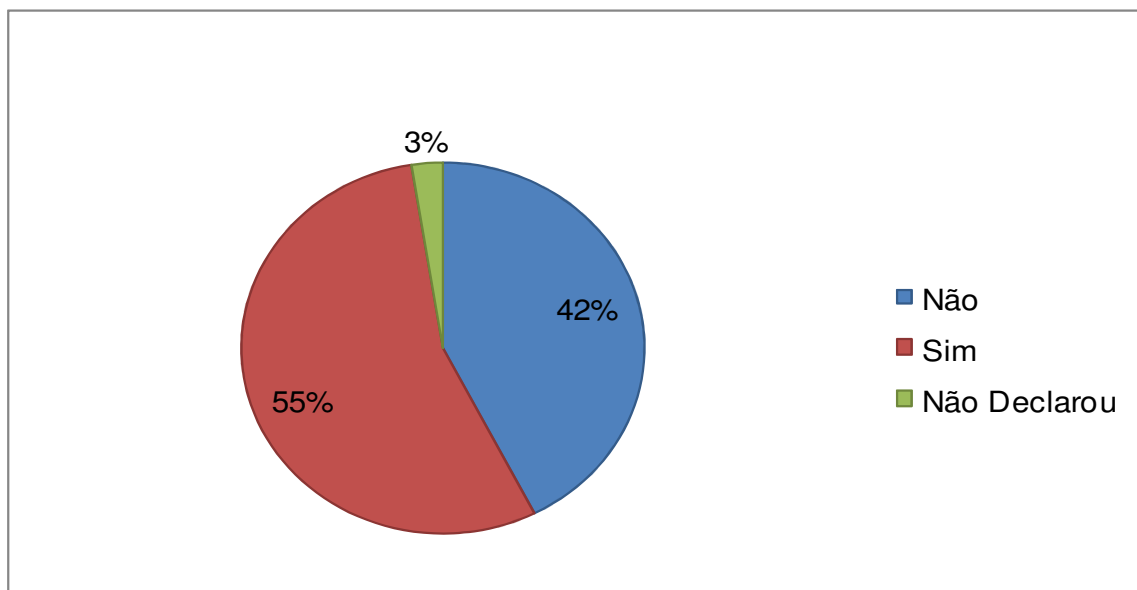
Cruz, Vargens e Ramôa (2015) ressaltam que “o consumo de álcool, tabaco e outras drogas agrava problemas sociais, traz sofrimento para indivíduos e famílias e tem consequências econômicas importantes”.

Nessa perspectiva, apontam os autores, de que o surgimento e o crescente consumo de crack a partir da década de 1990, instensificou os problemas sociais, ampliou e agravou a situação de vulnerabilidade dos sujeitos, principalmente daqueles considerados mais carentes. O consumo, no Brasil, cresceu principalmente entre a população em situação de rua, composto por crianças, adolescentes e adultos, expondo a necessidade do Estado e sociedade civil em promover ações voltadas para a oportunização de uma forma de viver dignamente e com saúde desses usuários (CRUZ; VARGENS; RAMÔA, 2015).

Fato, também destacado por Cruz, Vargens e Ramôa (2015, p. 186), de que:

Quando comparamos a distribuição do uso de vários tipos de drogas entre a população brasileira, percebemos que, considerando a população como um todo, o uso do crack é muito raro. No entanto, quando se enfoca determinados segmentos da população, encontramos um padrão de consumo bastante variado.

Gráfico 10 – Contato com a Família



Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

No item contato com a família, 55% da amostra revelou que as pessoas em situação de rua do município de Vila Velha possuem, sim, contato com familiares, cerca de 44 pessoas. Outros 42% declararam que, não. Representado por aproximadamente 34 pessoas. O restante, 3% não declararam.

Conforme destaca Szymanski (2005), dentro do modelo de família nuclear burguesa constituída de pai, mãe e filho(s) cada qual desempenha papéis específicos. O pai o responsável por trabalhar e prover o sustento da prole e de sua esposa. A esposa por ser reprodutora, por cuidar dos afazeres domésticos e educar os filhos. E os filhos responsáveis por perpetuarem os moralismos apreendidos com os pais para as próximas gerações.

“Pode-se supor que, ao se aceitar o modelo de família burguesa como norma e não como um modelo construído historicamente, aceita-se implicitamente seus valores, regras, crenças e padrões emocionais” (SZYMANSKI, 2005, p. 24).

Nesse sentido, conforme aponta Silva (2009), da mesma forma os jovens do sexo masculino, a partir da fase adulta, ao completarem 18 anos, lhes é atribuído a tarefa de autossustento. Muitos saem de suas residências ou cidade, por pressão sofrida por familiares, na busca de emprego e muitas vezes não encontram, visto a conjuntura que se encontra o nosso país de desemprego estrutural. Esse caminho não raramente os leva a situação de rua.

Szymanski (2005) ressalta ainda que, as famílias que não seguem a tendência daquela da tradicional nuclear burguesa são subjugadas a um processo de desestruturação, responsabilizando-as por inúmeros desvios, como por exemplo, problemas emocionais, desvios no comportamento sujeitando as pessoas à delinquência, o baixo rendimento escolar ou ainda seu fracasso.

Imperioso destacar que a naturalização de um modelo familiar rígido pressupõe, segundo os moldes conservadores, a inexistência de outros arranjos familiares. Essa naturalização não somente infere estigmas a esses sujeitos, mas também repercute no exercício da cidadania e na prática democrática para com essa parcela da população, o que resulta como produto final o acirramento das desigualdades sociais e por fim, sua exclusão (SZYMANSKI, 2005).

No cotidiano, conforme observa Szymanski (2005), emerge a análise da “família vivida”. É aquela cuja formação não obedece a um modelo padrão, podendo ser por ela formado, mas que além de laços consanguíneos, os laços afetivos, de solidariedade e de pertencimento são os maiores determinantes da sua existência. Nessa perspectiva, pressupõe superar a naturalização do modelo de família nuclear

burguesa, sendo está uma das possíveis formas a coexistir como tantas outras que permeiam nossa sociedade.

As mulheres representam a minoria do contingente que forma a população em situação de rua conforme observado em nossa coleta de dados.

Analisando a historicidade do modelo de família, identifica-se que a mesma passou por transformações socioculturais e ainda, afetivas. A inserção da mulher no mercado de trabalho, o controle da natalidade com o uso de contraceptivos, os movimentos políticos, dentre outros pontos foram decisivos nas mudanças dos papéis e nas relações de poder tornando as tarefas entre homens e mulheres mais igualitários, embora existam nuances culturais onde o sexo masculino ainda prevaleça sobre o sexo feminino (SILVA, 2009).

Pode-se explicar porque, histórica e culturalmente, a mulher sempre desempenhou o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, ou seja, sempre ou quase sempre, limitada a um espaço físico e social da casa, onde procria e por isso deve viver. Submissa no ambiente doméstico, tem tratamento desigual nas relações de trabalho, o que parece se repetir também na rua que é um espaço público (TIENE, 2004, p. 19).

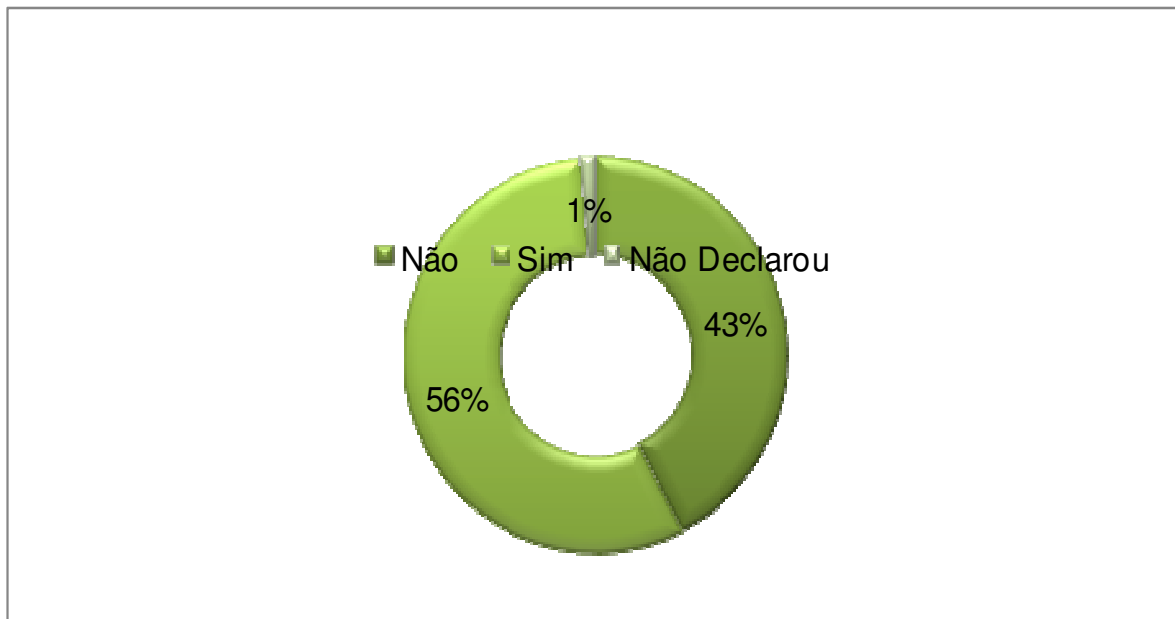
A família representa um núcleo importantíssimo que pode ser um potencializador de ações positivas ou negativas para com seus integrantes, principalmente no que se refere ao uso de entorpecentes. Sabe-se que o uso de drogas é um problema de saúde pública. Nesse sentido, o núcleo familiar é uma das principais fontes formadoras de comportamentos e crenças no que diz respeito à saúde (SILVA; MICHELI, 2015).

As famílias são núcleos de ações positivas quando no processo da convivência do dia a dia, os pais, servem como referência para os filhos. A valorização de hábitos saudáveis, como alimentação, utilização adequada de medicamentos, a expressividade e envolvimento afetivos, comunicação clara e sincera, o aprendizado sobre os limites, a distinção quanto às tarefas e os papéis dos pais e filhos são essenciais para que os riscos relacionados à vulnerabilidade, principalmente no que se refere ao uso de drogas, se mostram diminuídos (SILVA; MICHELI, 2015).

No que se refere às ações negativas nesse processo estão pais que usam/abusam de substâncias como medicações, álcool, tabaco, a falta de autoridade, falta de imposição de limites e de afetividade, além de outros fatores macrossociais predispõem os filhos ao abuso de drogas (SILVA; MICHELI, 2015).

As relações familiares anteriores à condição de rua influenciam as relações que as pessoas em situação de rua estabelecem com a família nessa condição. Na maioria dos casos, os laços familiares não são restabelecidos; entretanto, é possível que uma nova família seja construída a partir das relações desenvolvidas com outras pessoas que também se encontram em situação de rua, embora não seja um processo muito frequente (SILVA, 2009, p.162).

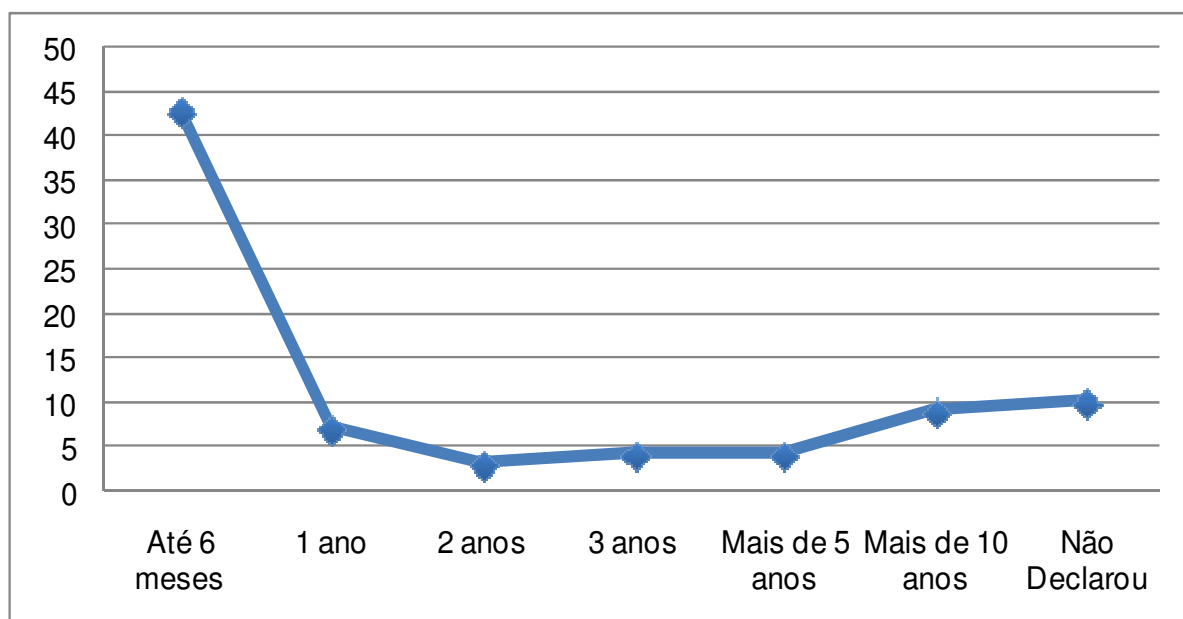
Gráfico 11 – Manifestação de Retorno à Família



Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

Em relação à manifestação de retorno à família a amostra revela que 56% das pessoas disseram em um primeiro momento que, sim. Outros 43% não manifestam o desejo de retorno e 1% não declarou.

Gráfico 12 – Tempo nas Ruas

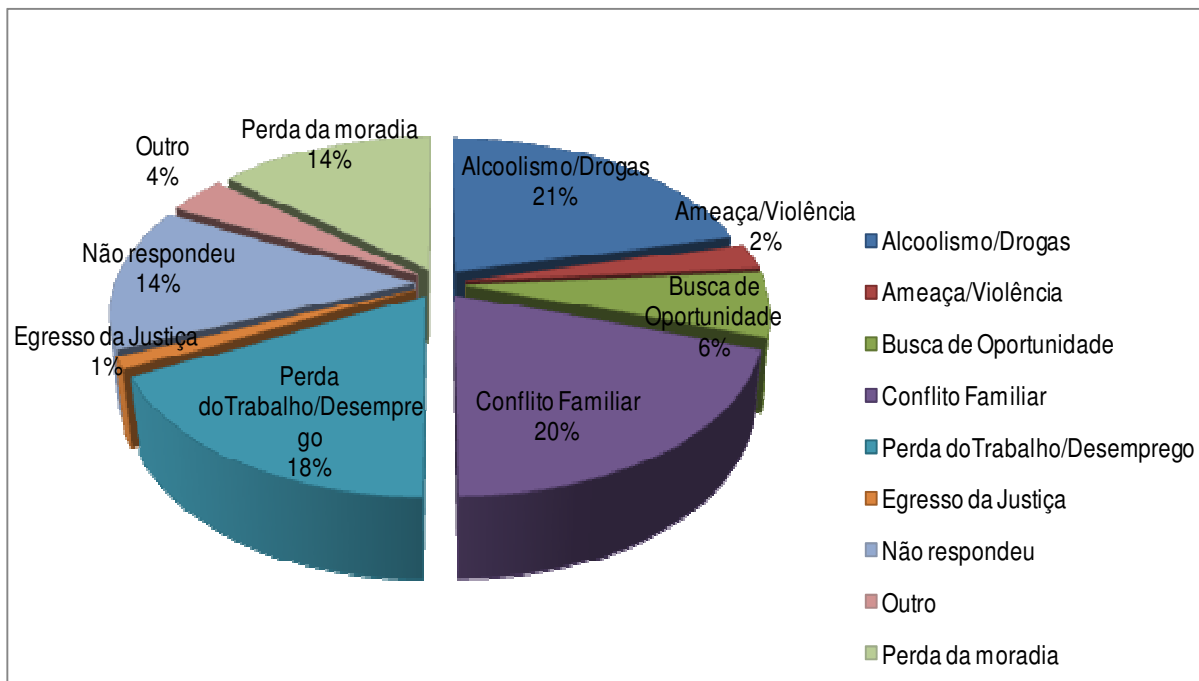
Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

Em relação ao tempo de vivência nas ruas a amostragem revela que a maioria das pessoas em situação de rua está há menos de 6 meses nas ruas do município. Fato por ser explicado pelo processo migratório.

Sugere momentos propícios para a obtenção de renda, como por exemplo, o verão para venda de produtos no litoral do município.

Na pesquisa nacional, 69,6% costumam dormir na rua, sendo que cerca de 30% dorme na rua há mais de 5 anos. Comparado com os dados da amostra a quantidade de pessoas que fazem uso da rua como espaço de moradia e/ou sobrevivência por longo tempo no município, o número mostra-se reduzido.

Gráfico 13 – Motivo Aparente de Estar em Situação de Rua

Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

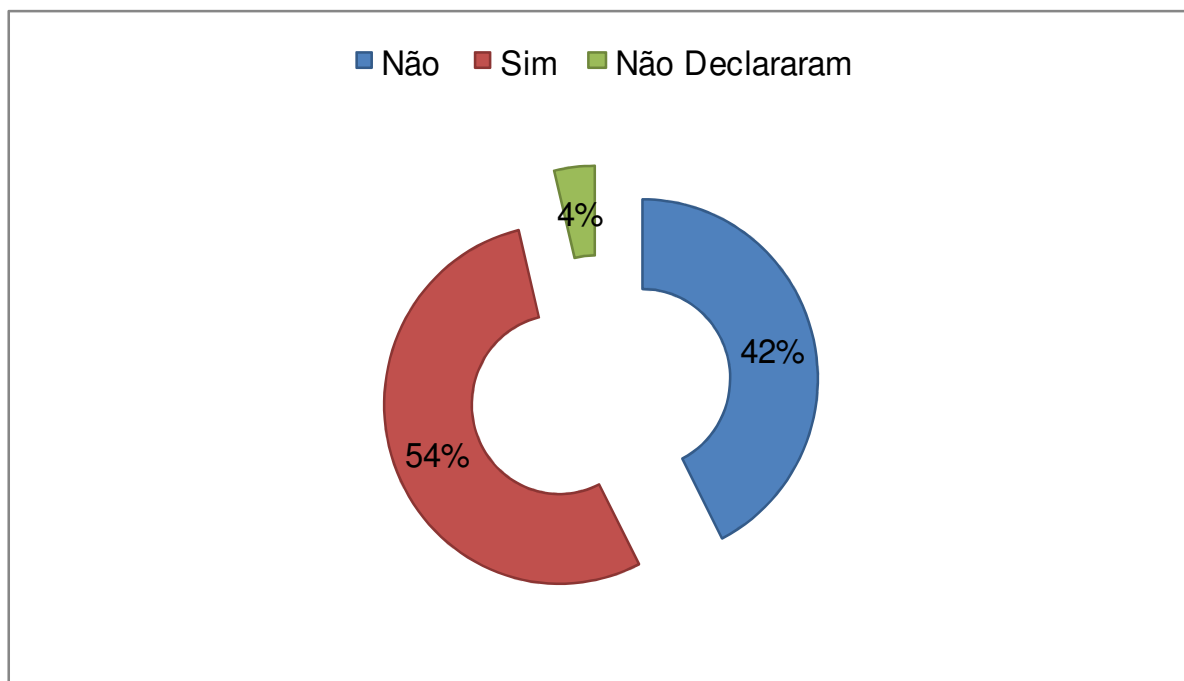
Sistematização: Elaboração própria.

Em relação aos motivos aparentes de as pessoas se encontrarem em situação de rua, a relação com alcoolismo/drogas apresentam maior incidência com 21% dos casos. Seguido por 20% relacionado a conflitos familiares e 18% por perda do trabalho/desemprego.

Concordamos com Silva (2009) quanto ao uso/abuso de drogas está mais relacionado como um meio de subsistência da população em situação de rua do que propriamente uma característica desse segmento.

Concordamos também, quando Silva (2009) ressalta que grande parcela da população em situação de rua está nessas condições por motivos de rompimentos de vínculos familiares por várias determinantes. Não se dissocia de outras causas, mas estas estão vinculadas a estrutura capitalista.

Gráfico 14 – Albergamento/Institucionalização

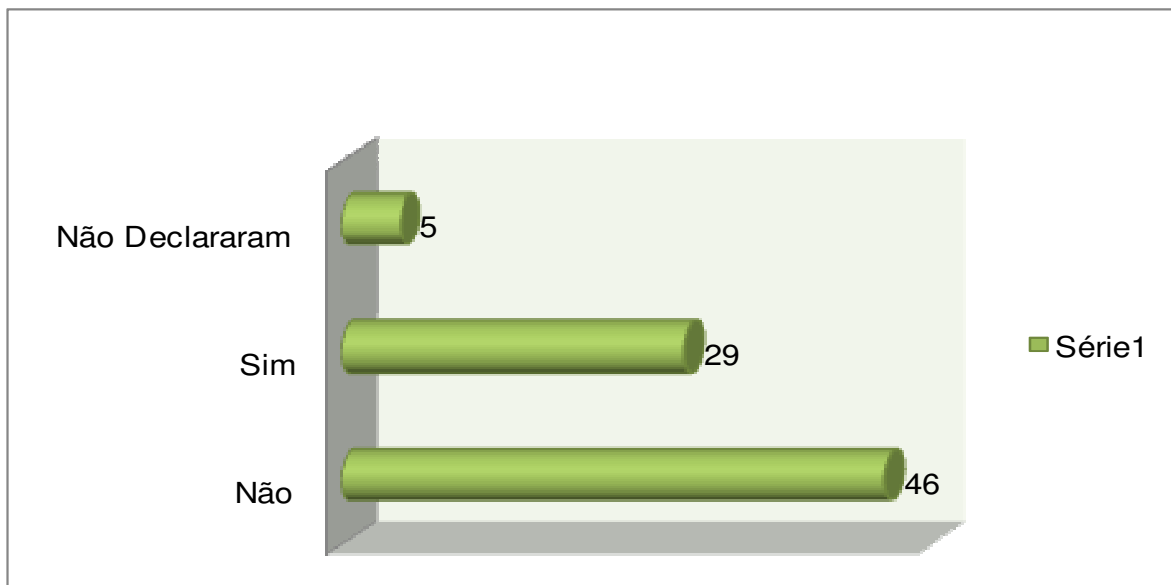


Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

Em relação ao albergamento, a amostra revela que 54% das pessoas já passaram por abrigos municipais, cerca de 43 pessoas. Outros 42% nunca estiveram em abrigos, representado por aproximadamente 34 pessoas. O restante não forneceu informação, cerca de 4% (3 pessoas).

A pesquisa nacional revela que 22,1% das pessoas costumam dormir em albergues ou outras instituições, outros 69,6% costumam dormir na rua, sendo que cerca de 30% dorme na rua há mais de 5 anos. Comparado com a amostra coletada onde 54% dos sujeitos relatam ter passado por albergues do município, mas que atualmente dormem nas ruas o valor aproxima-se com a realidade nacional, com diferença de 15%.

Gráfico 15 – Envolvimento com a Justiça

Fonte: Prontuários Sociais Institucionais.

Sistematização: Elaboração própria.

Com relação ao envolvimento com a justiça a amostra revelou que 46 pessoas em situação de rua não têm passagem pela justiça, representado por 57,5%. Outras 29 pessoas declaram ter envolvimento com a justiça em algum momento de sua vida, cerca de 36,25%. O restante 6,25% (5 pessoas) não declararam.

DADOS QUALITATIVOS (ENTREVISTAS INDIVIDUAIS)

Como apontado anteriormente, durante as entrevistas com os sujeitos do estudo surgiram algumas temáticas em suas falas que se remetem as diversas dimensões da vida dos mesmos, tais como a família, o trabalho, o uso de drogas, a violência, os amigos e a religião. Diante disso, optamos por organizar a exposição e a análise destas falas dando ênfase a estas categorias.

Relações com a família

Em relação às relações com a família observamos que todos os entrevistados expressaram ter vivenciado fragilidade de vínculos familiares ao longo de sua história de vida. Seja ela por motivo de falecimento de entes queridos, por motivos de problemas conjugais, brigas e desentendimentos, uso de drogas, desemprego entre outros.

O entrevistado 2, por exemplo, aponta o distanciamento em relação a família.

[...] meu pai talvez é vivo. Última vez que fui lá (RJ) tem uns 3 anos mais ou menos, conversei com todo mundo. Aí **fico mais uns 10 anos sem ir lá. Pra eles ficarem com mais saudade** (ENTREVISTADO 2).

O entrevistado 2 relatou ter contato com familiares há três anos, porém, demonstra em algum momento falta de pertença na família, o que pode ocasionar o rompimento de vínculo e seu distanciamento familiar por muitos anos. Embora também, possa ser uma estratégia individual de permanecer distante para que num reencontro ao longo prazo esses laços possam ser fortalecidos.

Talvez tal relato esteja associado ao que Arruda, Oliveira e Almeida (2015) dizem sobre a fragilidade nos relacionamentos humanos na sociedade contemporânea, que como causa posterior, ocorre a produção de um sentimento de insegurança impulsionando no ser humano sentimentos de conflitos em relação ao desejo de manter esses vínculos apertados e frouxos ao mesmo tempo.

Conforme nos aponta Szymanski (2005) cada família tem seu movimento, sua maneira de lidar com as dificuldades, seus envolvimento afetivos.

[...] eu tenho uma filha de 15 anos que mora em Rondônia com a mãe dela, em Porto Velho. **Fui casado 3 vezes. Também não tenho contato também não.** Quando a gente se separou ela tava com mais ou menos com 4 ou 7 aninhos (ENTREVISTADO 3).

No relato do entrevistado 3 aparentemente o rompimento de vínculo familiar ocorre por motivos conjugais.

Segundo Arruda, Oliveira e Almeida (2015, p. 42) a fragilidade dos vínculos familiares “[...] pode acontecer por diversos motivos, pois a maneira como o indivíduo se comporta na sociedade influencia na atitude da família em aceitá-lo ao não no convívio familiar”. Os tipos de comportamentos aceitos pela sociedade de mercado vão depender do lugar que o sujeito ocupa no processo de reprodução do capital (ARRUDA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2015).

Teve **pressão da família dela** pra nos separarmos. O filho dela é PM. Aí ele foi e chegou um dia, ele tava sem farda. Aí ele chegou e queria conversar comigo, ele **tava alterado**. Eu falei o negocio é o seguinte, você ta sem farda, você pode ta com sua pistola aí na cintura, mas eu vou te dizer uma coisa se você cair pra dentro aí **nós vamos começar a brigar**. Ai ele falou “se você não for embora daqui, eu vou te matar”. Ele fez essa **ameaça comigo**. Nisso eu fui e saí da casa dela [...] (ENTREVISTADO 3).

Desentendimentos, ameaças e brigas também são características do processo de rompimento de vínculos familiares conforme apontam os relatos do entrevistado 3.

Sempre fui uma menina boa, tranquila. Fui casada durante sete anos. Só que descobri uma traição do meu marido aí foi que eu pirei a cabeça. Conheci o crack. Eu não consegui perdoar ele da traição que ele fez comigo. Nunca trai ele. Foi meu primeiro homem que eu conheci. Não casei no papel, mas a gente morava junto. Sempre cuidei da casa. Eu descobri o caso que ele fez comigo aí eu descobri a droga e revoltei mesmo meu psicológico, minha mente. Cheguei a ir pra igreja, me batizei e tudo, mas não deu certo (ENTREVISTADA 5).

No decorrer da fala da entrevistada 5 percebemos claramente o que Szymanski (2005) aborda sobre o lugar de cada integrante dentro da família tradicional burguesa. A mulher dentre suas funções estavam a de gerar a prole, cuidar da casa, da educação dos filhos e ainda era submissa ao homem. Essa posição assumida por muitas mulheres, ainda hoje, acaba por gerar situações em que as mesmas se autculpabilizam pelo fracasso do relacionamento. Muitas abandonam seus sonhos ou idealizações em detrimento do matrimônio e quando o mesmo sofre fragilização dos vínculos, acabam, por vezes, adentrar em situação de vulnerabilidade social.

Tal fato também é observado por Tiene (2004) que aborda a questão da mulher vista sob a ótica da família nuclear burguesa, e que possui características históricas e culturais.

[...] a mulher sempre desempenhou o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, ou seja, sempre ou quase sempre, limitada a um espaço físico e social da casa, onde procria e por isso deve viver. Submissa no ambiente doméstico, tem tratamento desigual nas relações de trabalho, o que parece se repetir também na rua que é um espaço público (TIENE, 2004, p. 19).

As famílias são núcleos de ações positivas quando no processo da convivência do dia a dia, os pais, servem como referência para os filhos. A valorização de hábitos saudáveis, como alimentação, utilização adequada de medicamentos, a expressividade e envolvimento afetivos, comunicação clara e sincera, o aprendizado sobre os limites, a distinção quanto às tarefas e os papéis dos pais e filhos são essenciais para que os riscos relacionados à vulnerabilidade se mostrem diminuídos (SILVA; MICHELI, 2015).

Meu pai que criou eu pra eu ficar aqui no mundo. Porque ele falou pra mim: no dia que eu morrer você nunca pode mexer nas coisas de ninguém. Eu falei assim, é por isso mesmo que eu to na rua. Não roubo, não trafico, não mexo nas coisas de ninguém. Não to mentindo (ENTREVISTADO 1).

A descrição da fala do entrevistado 1 remete um pouco dessa ação positiva que os pais podem ter com seus filhos. Os valores apreendidos no seio familiar podem

continuar sendo os mesmos valores que os sujeitos carregam após adentrarem em situação de rua.

Outra ação positiva que a família pode desempenhar na vida dos sujeitos está descrito pela entrevistada 5. Apesar de ela estar em situação de rua e fazer uso de drogas, a família de um modo geral reconhece que ela necessita de tratamento. Segundo a entrevistada, os familiares não a discriminam, não falam mal, não a maltratam, ao contrário, tentam ajudar, mas a complexidade que envolve o uso de substâncias psicoativas faz com que ela entre em abstinência e retorne para as ruas.

Eles (família) sabem que é uma doença (uso de droga), chego em casa, me tratam. As vezes até me prende pra eu não sair. Mas por causa da abstinência é difícil. As crianças estudam na creche. O **mais velho** o que eu admiro ele é que **não tem nenhum preconceito** quanto a isso. Ele é crente da Maranata, graças a Deus. **Ele sabe que eu sou a mãe dele, não tem preconceito, onde que me vê, me para, me cumprimenta, não me xinga. Se fosse outros ia me chamar de vagabunda, minha mãe é uma nóia** (ENTREVISTADO 5).

Arruda, Oliveira e Almeida (2015) ressaltam que os vínculos familiares são rompidos, na medida em que os membros do grupo familiar não conseguem promover o enfrentamento da dependência do álcool e outras drogas juntamente com o sujeito afetado. Em muitas situações seria necessária a ação conjunta de profissionais da área da saúde, por exemplo, no caso da dependência química. Nesse processo, afirmam os autores, a família faz um “investimento” que pode ser tanto material quanto emocional, para que a pessoa consiga sair da situação de dependência, entretanto, quando o sujeito afetado passa a entender que as expectativas que lhe foram postas estão além das suas possibilidades de resposta ao padrão de conduta esperado, acabam refugiando-se ainda mais no mundo das drogas.

Relações Sociais (amigos, escola, comunidade, igreja).

Em relação à escolaridade observamos que os entrevistados tiveram dificuldades de ingressar e/ou permanecer na escola. Os motivos apresentados são o uso de álcool e outras drogas no período da infância e adolescência, falta de oportunidade relacionada ao acesso aos direitos fundamentais e às dificuldades regionais, gravidez.

O entrevistado 1, por exemplo, aponta que saiu da escola levado pela irmã que fazia uso de drogas.

[...] eu estudava, mas aí minha irmã me tirou da escola. [...] ela me tirou da escola pra usar droga. Ela usava droga também, eu não sabia que droga que ela usava se era cigarro, maconha ou tinner (ENTREVISTADO 1).

O entrevistado 2 ressalta que nunca teve aprendizado de nada. Não especificou as causas, mas reconhece que a falta da escolaridade impactou sobre sua vida, principalmente no acesso ao mercado de trabalho.

[...] já sai de casa pra rua, e daí pra cá nunca tive aprendizado de nada, poucas oportunidades. Apesar de que algumas que eu tive, por motivos de força maior eu deixei elas passar batido. E aí to nisso até hoje já acostumado com essa situação de ter trabalho e não ter trabalho (ENTREVISTADO 2).

O entrevistado 4 relatou ter o ensino fundamental incompleto. Não especificou os motivos de não prosseguir com os estudos. Entretanto, no momento da entrevista expressou desejo de dar prosseguimento com o processo de educação escolar se caso tivesse a oportunidade no município.

Eu estudei até a segunda série. Se tivesse a oportunidade de voltar a estudar eu queria estudar aqui, porque lá (BA) é difícil (ENTREVISTADO 4).

A entrevistada 5, por sua vez, relata o abandono do estudos após engravidar. Se considerarmos o ingresso da mesma no segundo grau no tempo considerado como normal para a idade escolar ela provavelmente estaria na fase da adolescência entre 15 e 16 anos quando engravidou. A prematuridade materna, portanto, foi a condição que a levou ao abandono dos estudos.

Eu comecei o segundo grau né, mas aí eu engravidei desse menino mais velho aí tive que parar de estudar (ENTREVISTADO 5).

De acordo com Serafino e Luz (2015), a referência a esse grupo social designado como população em situação de rua é carregado de estigmas em relação à condição em que vivem e suas fragilidades são vistas como a única causa de que viver na rua faz parte das escolhas individuais desses sujeitos. A fala do entrevistado 2, mostra um pouco dessa naturalização desse fenômeno visto sob a ótica da comunidade local.

A maioria das pessoas vê a gente como miserável, drogado, ladrão. A televisão também malha ainda mais. E tem uns que realmente fazem isso mesmo acabam generalizando. Eles não têm assim um jeito de procurar identificar, a mente, entender da vida de cada um pra poder julgar separadamente. Tudo é ladrão. Não tem aquele, não tem aquele. Todos eles vão fazer alguma coisa de mal, vai atrapalhar (ENTREVISTADO 2).

Silva (2009) também destaca esse processo de percepção social e do uso de termos pejorativos para com essa população. Ao longo do processo histórico do surgimento desse grupo populacional os mesmos são subjugados como drogados, criminosos, maltrapilhos, perigosos, mendigos e tantos outros termos.

Ainda nessa mesma perspectiva de naturalização do processo do fenômeno população em situação de rua, Serafino e Luz (2015) ressaltam que as ações pensadas para esse público contribuem diretamente para uma intervenção de cunho paternalista, assistencialista, ou autoritária de higienização social.

O Conselho Federal de Serviço Social (BRASIL, 2012a, p.1-2) aponta que “as práticas higienizadoras que visam camuflar o fenômeno se manifestam pelas ações de despejos ou recolhimento forçado dessas pessoas das ruas [...]”. Além é claro da repressão institucionalizada do Estado.

As falas dos entrevistados 1 e 2 apresentam elementos que remetem ao processo de higienização social e a repressão institucionalizada promovida pelo Estado.

O único que não tratava nós bem era o finado Geraldinho⁸. **Pegava todo mundo na rua aí, quebrava no pau, arrumava tinner e jogava em cima dos outros.** Ninguém gostava dele. **Pegava tudo da gente e queimava: roupa, sapato, cama. Jogava até a comida nossa fora num valão que fica debaixo da terceira ponte** (ENTREVISTADO 1).

Olha. **Um dia eu tava meio manguaçado**, cheio da cachaça ali naquele Titanic (pracinha de Vila Velha), eu subi em cima da rampa do teatro e levantei os braços porque eu queria gritar igual no filme imitando aquela cena. **Aqueles guardinhas chegaram de lá pra cá [...] já chegou dando umas bicudas, soco no estômago, tapa na cabeça.** [...]. **Eu achei que aquilo ali foi uma forma de violência. Um abuso de poder.** Eu fiquei com uma dor na costela uns dias (ENTREVISTADO 2).

Bursztyn (2003, p. 20) aponta que a população em situação de rua sobrevive através do acesso precário à máquina pública, utilizando-se dos serviços da assistência social, saúde entre outros. Além desses contam com a “ajuda”, no sentido assistencialista/caritativo, de grupos da sociedade civil como entidades religiosas, a caridade privada e a filantropia.

⁸ Geraldo Rosa da Conceição, conhecido como Geraldinho da abordagem, era sargento reformado da polícia militar. Atuou como líder comunitário no Bairro Zumbi dos Palmares em Vila Velha. Foi candidato a vereador deste mesmo município nos anos de 2004 e 2008 permanecendo como suplente nas duas vezes. Trabalhou ainda como coordenador de abordagem de rua durante nove anos nas gestões dos prefeitos Max Filho e Neucimar Fraga. Foi morto em 2013 com 10 tiros em uma distribuidora de bebidas da família após tentativa de assalto (BRASIL, 2013).

Escorel (1999, p. 167) ressalta que “essas instituições (assistenciais) não estimulam o desenvolvimento de identidades autônomas, não criam unidades de pertencimento que se contraponham ao isolamento social [...]”.

Nóis recebe ajuda da Igreja. Esse negócio de evangelização que eles fazem na rua tbm (ENTREVISTADO 1).

Uma vez por semana tem sopa, tem doação que às vezes as pessoas trazem. Eles entregam a noite 21, 22 horas (ENTREVISTADO 2).

No Brasil, desde a década de 1990 tem crescido o número de pessoas que adentram em situação de rua nas cidades e grandes metrópoles. Apesar de todo aparato jurídico que prevê a assistência a quem dela necessitar contido na Constituição de 1988, somente a partir de 2008 essa parcela da população começa a ganhar visibilidade e o governo federal apresenta à sociedade a Política Nacional para a inclusão Social da População em Situação de Rua. Esse documento orienta quanto à construção e execução de políticas públicas voltadas a esse segmento que historicamente foi excluído do acesso aos direitos sociais (SERAFINO; LUZ, 2015).

O entrevistado 2 possui um percepção bem crítica em relação aos Serviços ofertados pelo município de Vila Velha e tem o conhecimento de que esses Serviços não atendem as reais necessidades dos sujeitos.

Não adianta essas bobearias que eles fazem não. O que tem que ter é um projeto mais inteligente. Fazer que nem aquelas inteligências americanas. Vê certinho como chegar naquele ponto e sarar aquelas feridas. **Vim com comidinha, com coberta pra dormir a noite, e conversinha fiada e o cara vem gastando mais dinheiro com isso sendo que não ta dando resultado.** Pra mim não adianta não (ENTREVISTADO 2).

Os estigmas em torno do fenômeno população em situação de rua não são característicos apenas dos sujeitos que não vivem tal processo em suas vidas. Os próprios sujeitos em situação de rua acabam reproduzindo-os.

O que eu mais achei engraçado é que **algumas pessoas são pessoas que não precisam ficar na rua. Tem mãe, tio, tia, parente que ta lá querendo que a pessoa volte pra casa. Porque tem onde morar, tem o que comer o que vestir e acostuma com aquilo ali** (ENTREVISTADO 2).

Outro aspecto a ser destacado é a classificação quanto as drogas lícitas e ilícitas. Muitos não têm a dimensão de que cigarro e álcool também são drogas. Na sociedade, a liberação do uso de drogas lícitas como o tabaco e o álcool torna-se algo banal e naturalizado. Em contraposição há uma demonização das drogas ilícitas, que são aquelas drogas proibidas a comercialização e ao uso como a maconha, o crack, a cocaína etc.

Eu fico mais é só. **Só tem um amigo que de vez enquanto a gente bebe uma birita e fuma um cigarro. Droga ele não gosta não, detesta droga!** (ENTREVISTADO 3).

Relações com o trabalho

Silva (2009) ao descrever sobre as condições de trabalho da população em situação de rua de São Paulo, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte entre os anos de 1995-2005 revela que a maioria desses sujeitos já teve experiências laborativas a situação atual, mesmo estas sendo ocupações precárias.

Os relatos dos entrevistados desta pesquisa realizada no município de Vila Velha revelam que os mesmos também experienciaram condições de trabalho precárias ou até mesmo trabalharam em cargos considerados subalternos antes de adentrarem em situação de rua.

[...] quando eu tava na casa do meu pai eu trabalhava como **ajudante de pedreiro**, num tem, de **ajudante de supermercado**, [...]. Agora não, **agora não to trabalhando em nada** (ENTREVISTADO 1).

Já trabalhei como **ajudante de serviços gerais** em Colatina e no Rio de Janeiro (ENTREVISTADO 2).

Eu tirava leite, uns 50 a 100 litros, depois eu ia catar quiabo. Terminava de **catar quiabo** aí ia capinar né. Aí quando dava 16 horas, 17 horas, 18 horas eu voltava pra casa né pra ficar com ela (ENTREVISTADO 3).

Eu era **carregador do CEASA** de Contagem (MG), **nunca tive a carteira assinada**. Aí comecei a faltar. Ainda mais que tenho esse negócio de HIV né. Eles querem que eu volte, mas eu que não quero voltar (ENTREVISTADO 4).

A precarização das relações e das condições de trabalho aqui mencionadas estão situadas de acordo com Behring e Boschetti (2011) no processo de reestruturação produtiva e na hegemonia neoliberal a partir da década de 1970. Tais impactos referem-se ainda no “[...] desemprego de longa duração, [...], a ampliação de oferta de empregos intermitentes, em tempo parcial, temporários, instáveis e não associados a direitos [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 133).

Silva (2009, p.165) destaca que “na condição de rua, as relações com o trabalho tornam-se ainda mais precarizadas”. Dessa forma, as pessoas que se encontram nessa situação sobrevivem de alguma atividade para obter renda.

Nos relatos dos entrevistados foram identificadas algumas das formas pelos quais ocorre a obtenção de renda pessoal. Dentre elas foram citadas a colheita do café,

um “bico”, catação de material reciclável, venda de produtos como o picolé, lavagem de carros, “biscates”.

Às vezes quando eu consigo uma casa pra tomar conta uma coisa assim eu fico um ano, dois anos. Aí depois que eu acabo de alguma forma. As vezes eu vou pra um campo de trabalho na roça de café, outras lavo carro. Eu sempre procurei demonstrar não ser de rua totalmente assim. Arrumo uma calçadazinha, faço um cantinho pra dormir legal (ENTREVISTADO 2).

[...] ele ta fazendo um plano da gente ir panhar café em São Roque do Canaã. Vai começar a colheita. Ai vamos ver o que vai dar. Só vai ser lá pra maio. Eu sempre procuro um serviço. Um bico sabe como. Tem hora que eu não acho latinha, a gente sempre encontra um ferro e tal. A gente vai no ferro velho e vende. Como é que se diz, da pra dar uma passada (ENTREVISTADO 3).

Na mesma hora que to aqui eu pego e vou vender picolé. De dia eu gosto de vender meu picolé, ganhar dinheiro e ir embora (ENTREVISTADO 4).

De acordo com Arruda, Oliveira e Almeida (2015, p. 45) as regras e as normas que a sociedade impõe para seus cidadãos dão prioridade e valorizam os sujeitos que trabalham e produzem “[...], no entanto, a pessoa que acaba desenvolvendo [...] dependência de álcool e drogas, não consegue acompanhar a rotina de trabalho, acaba sendo desvalorizada enquanto pessoa [...]”. Além disso, não recebem auxílio nem tratamento adequados para a diminuição de seus problemas relacionados ao uso dessas mesmas substâncias.

Eu arrumei um emprego, mas a cachaça fez eu perder o emprego. E dali eu falei pô! será que naquele outro trabalho eu vou também tomar essa cachaça e aí eu chegar lá num dia atrasado e o patrão mandar eu embora?. Ai eu falei, quer saber de uma coisa eu vou ficar só nesses biscates que eu faço mesmo que da pra ganhar um trocado que ai eu não fico sem o alimento. E deixa a vida me levar (ENTREVISTADO 2).

Relações com o uso de drogas/violência

Em relação ao uso de drogas, observamos que todos os entrevistados fazem uso de alguma substância lícita ou ilícita.

O entrevistado 1 relata que faz uso de drogas desde a infância. Durante sua fala observamos que no convívio com sua família o mesmo presenciou seu pai fazendo uso de cigarro e álcool. Além disso, presenciava cenas de agressão do pai contra sua mãe. A agressão deferida contra a mãe pelo pai no momento do uso do álcool pode estar relacionada com os efeitos que o mesmo produz no organismo.

Quando eu era pequeno quando eu tinha uns 6, 7 anos de idade eu ia pra rua em Coqueiral de Itaparica pra usar droga. Primeiro eu usei Tinner, aí

do tinner eu parti pro cigarro e pra maconha e daí pro crack, daí eu parti pra rua. O cigarro eu já conhecia. **Meu pai fumava e bebia também né, enchia a cara.** Aí **meu pai batia na minha mãe também.** Eu ficava só o ódio. Porque eu era pequeno e não tinha condições de bater no meu pai num tem. Aí eu deixava os dois brigar e metia o pé pra jogar bola com os moleques do bairro (ENTREVISTADO 1).

De acordo com Nicastrí (2015) o álcool é uma droga depressora da atividade mental. Seus efeitos relacionam-se aos níveis presentes da substância no sangue. Inicialmente ele provoca um efeito euforizante, o que gera uma desinibição do comportamento e diminuição da crítica e posteriormente, sonolência.

O entrevistado 3 relata que não consegue ficar muito tempo sem uso do álcool o que caracteriza sua dependência e abstinência. O uso já ocorria antes mesmo de ele adentrar em situação de rua.

Eu não consigo ficar muito tempo sem beber. [...] tinha um **vidro de Wisck lá na partileira** aí eu ia tirar leite no outro dia de manhã cedo 4 horas da manhã. **Rapaz eu não agüentei não. No primeiro dia eu tomei uma dosinha, mas no segundo eu já tomei foi um copo. Descia igual um caldo de cana. A vontade era muita** (ENTREVISTADO 3).

Segundo Nicastrí (2015) o álcool induz tolerância ao usuário, ou seja, o usuário para obter o efeito desejado tem que ingerir uma quantidade cada vez maior dessa substância. O álcool induz também a síndrome de abstinência que são os sintomas desagradáveis que o sujeito passa a apresentar quando reduz ou interrompe o consumo dessa substância.

O entrevistado 2 relata a falta de liberdade para usar álcool e maconha dentro das instituições de acolhimento do município e esse seria um dos motivos para que ele não expressasse o desejo de ficar albergado.

Ninguém quer ficar em abrigo. As condições, o tratamento lá dentro é pior que na rua. Porque lá dentro **não tem liberdade.** Alguém quer tomar uma **cachacinha, fumar uma maconha** e não pode. **Então aquilo pra mim é uma tortura.** Então vou ficar lá dentro não, vou ficar é na rua (ENTREVISTADO 2).

O entrevistado 4 relata fazer uso de álcool e maconha.

Tomo minha cachaça, fumo minha maconha, por causa disso que eu vim pra cá, pra dar um tempo. Aqui só tomo um cachacinha. Eu gosto daqui, tem 5 anos que venho pra aqui (ENTREVISTADO 4).

Como sinalizado por Nicastrí (2015) o uso de álcool e outras drogas ocasiona um efeito de desinibição de comportamento. Diante dessa afirmativa, correlaciona-se o uso de droga com o comportamento violento de um homem para com a entrevistada 5, o que caracteriza a violência contra a mulher em situação de rua.

Muitas vezes fui agredida. Me batiam, me xingavam. Já tomei 25 facadas por causa de ciúme de homem. Usando droga aí ele endoidou aí **me agrediu**. O mais grave foi que perfurou meu pulmão, fiquei com dreno, fiquei internada na maternidade de Vila Velha. A facada eu não senti dor, só via os jatos de sangue. Já vi muita morte, muita coisa ruim (ENTREVISTADA 5).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar a história de vida da população em situação de rua acompanhada pela equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social. Além disso, foi proposto como objetivos específicos identificar dados sociodemográficos e identificar as principais causas dessas pessoas comporem esse fenômeno.

Tendo em vista os resultados alcançados através da coleta de dados dos prontuários institucionais do Serviço, o que possibilitou a compilação, apresentação em gráficos e discussão dos mesmos à luz do marco teórico bem como a realização de entrevista aberta com os usuários, o que possibilitou compreender um pouco do cotidiano vivenciado pelas pessoas que vivem nas ruas estas foram fundamentais para responder as questões previamente estabelecidas.

No tocante perfil sociodemográfico (dados quantitativos) desta população no município de Vila Velha, foi observada uma proximidade com os dados da pesquisa nacional realizada pelo MDS em parceria com a UNESCO. O nosso estudo nos revelou a prevalência do sexo masculino dos sujeitos vivendo em situação de rua. Mostrou-nos ainda que a maioria dos sujeitos são migrantes; possuem baixa escolaridade; não possuem vínculo empregatício formal; utilizam vários tipos de drogas (lícitas e ilícitas); possuem em sua grande maioria pele escura; são pessoas relativamente jovens em idade produtiva; a maioria possui algum tipo de contato com a família.

No que se refere às entrevistas individuais observamos que entre os principais motivos destas pessoas adentrarem em situação de rua é o rompimento dos vínculos familiares/afetivos. No entanto, vale assinalar que apesar da indicação dos sujeitos sugerir que o rompimento dos vínculos com as famílias ser um dos principais motivos que motivaram a sua ida para a rua, verificamos que as suas trajetórias tem como marca comum as condições de vida marcadas pela falta de trabalho e renda, assim como a dificuldade de acesso aos direitos sociais.

A pesquisa apresentou ainda importantes contribuições pessoais sobre o tema. Compreender o fenômeno emergente da contradição existente no seio da sociedade, o que remonta o início do processo de industrialização até a atualidade,

seus rebatimentos e respostas do Estado de forma fragmentada e com pouca eficácia é no mínimo preocupante.

As falas trêmulas dos sujeitos no momento das entrevistas, talvez com receio de pré-julgamentos, de preconceitos. As lágrimas que escorriam de seus olhos ao relatarem sobre suas vidas ocasionou o despertar de um lado mais humano possível dessa existência. Pode-se perceber ali o que talvez muita gente no dia a dia não perceba que são sujeitos visíveis, possuem sonhos, medos, insegurança, solidão, falta de pertencimento social, e que estão em situação extrema de vulnerabilidade, expostos a fome, ao frio, a doenças, a violência, e todas as violações de direitos possíveis e imagináveis.

Verifica-se todo tipo de exclusão vivenciada por essas pessoas. Tantas injustiças em um único ser, muitas vezes sendo culpabilizadas por estarem nessa situação, naturalizando o fenômeno como se o mesmo não fizesse parte de um processo sócio-histórico, amarrado nas entranhas do sistema capitalista.

Esta experiência nos possibilitou ouvir relatos de violências a que são expostos pela máquina pública que os tratam com repressão institucionalizada, através da polícia e da guarda municipal, quando não mesmo por outras formas de violência manifestada pelos próprios moradores das regiões onde estão alojados.

Os relatos nas entrevistas corroboram as falas de Nascimento (2003) e Silva (2009). São pessoas estigmatizados por serem extremamente pobres, por estarem sujos, maltrapilhos, por puxarem carroça no lugar dos animais, por serem em sua maior parte usuários de drogas, por serem em sua grande parte pessoas com pele escura. São vistos como violentos, bandidos, traficantes, mendigos, pedintes, sujeitos perigosos. Termos pejorativos que os acompanham há muitos e muitos anos.

Os resultados esta pesquisa permitiram também situar o fenômeno população em situação de rua enquanto um fenômeno pluricausal ou multideterminado corroborando com as concepções discutidas pelos autores ao longo do quadro teórico.

Os resultados ainda proporcionaram corroborar o que Silva (2009) diz sobre o fenômeno população em situação de rua ser caracterizado como uma expressão extrema/radical da questão social. É uma expressão da questão social que abarca outras tantas mazelas dela oriunda, que de fato os leva ao extremismo, ao ponto dos

sujeitos não se sentirem mais como sujeitos e também de não serem reconhecidos como tais.

É importante ainda situar e corroborar que o fenômeno população em situação de rua está intrinsecamente atrelado ao exército industrial de reserva, em suas três dimensões descritas por Silva (2009) que são a forma latente, estagnada e flutuante.

Os estudos acerca do fenômeno são relativamente novos, apesar de ele ser tão antigo quando o surgimento das cidades conforme aponta Bursztyn (2003). E novas também são as respostas do Estado para com esse público conforme constatado nas políticas públicas destinadas a esse público.

Este estudo não se finda nestas últimas linhas, ao contrário, abre espaço para que novas pesquisas/estudos possam ser realizadas, visto que, a atual conjuntura e os rumos pelos quais o capitalismo segue no que tange a intensificação do trabalho visando à extração da mais-valia, a substituição cada vez mais presente do trabalho vivo pelas forças produtivas ou trabalho morto, o dismantelamento dos direitos civis, econômicos, sociais e humanos, a manutenção do exército industrial de reserva, o sucateamento da máquina pública, a desresponsabilização do Estado para com a população, a não distribuição da riqueza socialmente produzida e tantos outros fatores tendem a ampliar o número de pessoas em situação de rua nos próximos anos.

Assim, terminamos nossas reflexões com uma citação de Sarah Escorel escrita há 13 anos e que nos permite a compreensão sobre a população em situação de rua.

A população que mora nas ruas é personagem e cenário do drama social das grandes cidades do país. Personagens que narram suas trajetórias de múltiplas, constantes e cumulativas desvinculações. Expõem o ponto de degradação que as condições da vida urbana atingem. Cenários do meio ambiente social desaparecem na paisagem, naturalizados e banalizados em sua miséria e isolamento. Constantemente despojados de seus poucos pertences, instados a circular pelas ruas sem poder fixar-se, sobrevivem a cada dia de teimosos que são, insistindo em continuar vivos e a expor suas misérias ao espaço público. Os que moram nas ruas mostram “em carne viva” as conseqüências objetivas e cotidianas dos modelos de desenvolvimento concentradores e injustos adotados nas últimas décadas que reduziram, drástica e dramaticamente, o campo de possibilidades nas quais podem se movimentar e usufruir das riquezas produzidas e dos conhecimentos alcançados (ESCOREL, 2003, p. 139).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. Pesquisa Científica: noções introdutórias. In: _____. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 109-116.
- ARAÚJO, Carlos Henrique. Migrações e vida nas ruas. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Brasília: Garamond, 2003, p. 88-120.
- ARRUDA, Andressa Meneghel; OLIVEIRA, Carlos Heber; ALMEIDA, Luciane Pinho de. **A história de vida de pessoas em situação de rua na cidade de Campo Grande/MS – Brasil**. DIRE nº6/2015: *Conflicts em territoires hispanophones, lusophones et francophones* – ISSN: 2260-1155, 2015, p. 37-47. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/dire/pdf/583>> Acesso em: 15 abr. 2016.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. A metodologia e a universidade. In: _____. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p. 1-18.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. A pesquisa e a iniciação científicas. In: _____. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p. 81-104.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. A pesquisa científica: a coleta de dados. In: _____. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p. 105- 118.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. v. 2. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (2012a). **CFESS Manifesta**: 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua: Pelo direito à vida e a dignidade da população em situação de rua. Brasília, 19 de mar. de 2012, p.1-2. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_poprua_SITE.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (CNS) – **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa** (2012b). Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 set. 2015.

BRASIL. **Informativo**: SUAS, CRAS, CREAS. [s.d]. Disponível em: <<http://www.mp.ro.gov.br/documents/29249/1582581/Boletim+creas.pdf>> Acesso em: 26 set. 2014.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social** (1993). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. [s.d]. **Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** (2004). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

BRASIL. **Política Nacional para População em Situação de Rua** (2009a). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BRASIL. **Sargento da PM é executado a tiros em Vila Velha** (2013). Disponível em: <http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2013/09/noticias/cidades/1460960-sargento-da-pm-e-executado-a-tiros-em-vila-velha.html> Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social** (2005). Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoio/JulianaFernandesPereira.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais** (2009b). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão. In:_____. **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 27-55.

CASTEL, Robert. Classes Sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: BALSÀ, Casimiro; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET; Marc-Henry (orgs). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social**: uma abordagem transnacional. Ijuí: Unijuí, 2006, p. 63-77.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua**: contextualização e caracterização. Revista Virtual: Textos & Contextos. n. 4. ano. IV, dez. 2005, p. 1-15. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993/773>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

CRUZ, Marcelo Santos; VARGENS, Renata Werneck; RAMÔA, Marise de Leão. Crack: uma abordagem multidisciplinar. In: **Integração de competências no**

desempenho da atividade judiciária com usuários e dependentes de drogas. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2015, p. 181-210.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores.** Brasília: Garamond, 2003, p.139-171.

GIL, Antonio Carlos. Como encaminhar uma pesquisa?. In:_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 1-6.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas?. In:_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 25-44.

GOLDENBERG, Mirian. Integração entre análise quantitativa e qualitativa. In: **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 61-67.

GUERRA, Yolanda et al. **O debate contemporâneo da “questão social”.** III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís-MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/31faf46bb74c9b64aa7dYolanda_fatima_Joana_Nadia.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** ed. 24. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Capital Fetice, Questão Social e Serviço Social. In: **Serviço Social em tempos de capital fetice: capital financeiro, trabalho e questão social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 105-208.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [s.d]. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320520>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Elaboração de dados. In: **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p.134-151.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. In: **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 48-133.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** v.1. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MATTEI, Lauro. **A globalização econômica como fator de exclusão social.** v. 7. n. 1. Santa Catarina: Katálysis, 2004, p. 57-68. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6919>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

NASCIMENTO, Eliomar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Brasília: Garamond, 2003, p. 56-87.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Revista Temporalis, n. 3. Brasília: ABEPSS, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. v. 1. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NICASTRI, Sérgio. Drogas: classificação e efeitos no organismo. In: **Integração de competências no desempenho da atividade judiciária com usuários e dependentes de drogas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2015, p.114-144.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. v. 17. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Pereira, Potyara Amazoneida Pereira. **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania**. n. 3. Revista Temporalis. Brasília: ABEPSS, 2001.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. v.6. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier. **Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate**. v. 18, n. 1. Florianópolis: Katálysis, p. 74-85, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v18n1/1414-4980-rk-18-01-00074.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

SILVA, Eroy Aparecida da; MICHELI, Denise de. Família: uso e abuso de drogas – entre o risco e a proteção. In: **Integração de competências no desempenho da atividade judiciária com usuários e dependentes de drogas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2015, p. 273-296.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Caracterização do fenômeno e da população em situação de rua. In: _____. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. ed. 1. São Paulo: Cortez, 2009, p. 91-137.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria Brandt de (org.). **A família contemporânea em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade** (2002). Disponível em: <<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora de rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas: Alínea, 2004.

VILA VELHA (ES). **Assistência Social**: Proteção Especial de Média Complexidade. [s.d]. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/assistencia-social-protecao-especial-de-media-complexidade>> Acesso em: 12 mar. 2105.

VILA VELHA (ES). **Assistência Social**: Proteção Social Especial de Alta Complexidade. [s.d]. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/assistencia-social-protecao-social-especial-de-alta-complexidade>> Acesso em: 11 mar. 2015.

VILA VELHA (ES). Serviço Especializado em Abordagem Social. **Relatório anual**, 2014.

APÊNDICE A - Roteiro de Coleta de Dados Sociodemográficos dos Prontuários Institucionais do Serviço Especializado em Abordagem Social do Município de Vila Velha.

| Perfil da origem | |
|-------------------------|----|
| Migrantes | 53 |
| Munícipes | 25 |
| Egresso da Justiça | 1 |
| Não declarado | 1 |

| Sexo | |
|-------------|----|
| Masculino | 63 |
| Feminino | 17 |

| Orientação Sexual | |
|--------------------------|----|
| Heterossexual | 58 |
| Homossexual | 2 |
| Lésbica | 1 |
| Não Declarado | 11 |
| Vazias | 8 |

| Estado Civil | |
|---------------------|----|
| Casado (a) | 5 |
| Divorciado (a) | 3 |
| Não Declararam | 2 |
| Separado(a) | 3 |
| Solteiro (a) | 64 |
| União Estável | 3 |

| Idade | |
|--------------|----|
| 18-25 anos | 20 |
| 26-33 anos | 17 |
| 34-41 anos | 16 |
| 42-49 anos | 13 |
| 50-57 anos | 12 |
| 58-65 anos | 2 |

| Escolaridade | |
|-------------------------------|----|
| Ensino Fundamental Incompleto | 46 |
| Ensino Fundamental Completo | 9 |
| Ensino Médio Incompleto | 6 |
| Ensino Médio Completo | 12 |
| 3º Grau Completo | 1 |
| 3º Grau Incompleto | 2 |
| Não Declarou | 3 |
| Vazia | 1 |

| Uso de Drogas | |
|----------------------|----|
| Sim | 56 |
| Não | 23 |
| Não Declarou | 1 |

| Tipos de Drogas | |
|-----------------------------------|----|
| Álcool | 12 |
| Álcool e Tabaco | 2 |
| Álcool e Crack | 1 |
| Álcool, Tabaco e Maconha | 3 |
| Álcool, Tabaco, Cocaína e Maconha | 1 |
| Cocaína | 4 |
| Cocaína e Álcool | 1 |
| Crack | 13 |
| Crack, Cocaína e Maconha | 1 |
| Maconha | 4 |
| Não Declarou | 18 |
| Nenhuma | 7 |
| Outros | 4 |
| Tabaco | 2 |
| Tabaco e Maconha | 1 |
| Todas | 6 |

| Contato com a Família | |
|------------------------------|----|
| Não | 34 |
| Sim | 44 |
| Não Declarou | 2 |

| Manifestação de retorno à família | |
|--|----|
| Não | 34 |
| Sim | 45 |
| Não Declarou | 1 |

| Tempo nas ruas | |
|-----------------------|----|
| Até 6 meses | 43 |
| 1 ano | 7 |
| 2 anos | 3 |
| 3 anos | 4 |
| Mais de 5 anos | 4 |
| Mais de 10 anos | 9 |
| Não Declarou | 10 |

| Motivo aparente de estar em situação de rua | |
|--|----|
| Alcoolismo/Drogas | 17 |
| Ameaça/Violência | 2 |
| Busca de Oportunidade | 5 |
| Conflito Familiar | 16 |
| Perda do Trabalho/Desemprego | 14 |
| Egresso da Justiça | 1 |
| Não respondeu | 11 |
| Outro | 3 |
| Perda da moradia | 11 |

| Albergamento/Institucionalização | |
|---|----|
| Não | 34 |
| Sim | 43 |
| Não Declararam | 3 |

| Envolvimento com a Justiça | |
|-----------------------------------|----|
| Não | 46 |
| Sim | 29 |
| Não Declararam | 5 |

APÊNDICE B - Termo de Responsabilidade de Utilização de Dados

Eu, Augusto Del Caro da Silva, tenho conhecimento e cumprirei os requisitos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Como responsável pela pesquisa: Quem são as pessoas em situação de rua do município de Vila Velha?: uma análise do perfil sociodemográfico comprometo-me a manter a privacidade e confidencialidade dos dados utilizados nos documentos base desta pesquisa. Estamos cientes de que os dados obtidos somente poderão ser utilizados para o projeto para o qual se veiculam.

APÊNDICE C - Declaração de Responsabilidade do Pesquisador

Eu, Augusto Del Caro da Silva, responsável pela pesquisa denominada: Quem são as pessoas em situação de rua do município de Vila Velha?: uma análise do perfil sociodemográfico, declaro que:

- Assumo o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- Os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados para se atingir o objetivo previsto na pesquisa;
- Não há qualquer acordo restritivo à divulgação pública dos resultados;
- Os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de publicação em periódicos científicos e/ou em encontros científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa;
- O CEP da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa, por meio de relatório apresentado na ocasião da suspensão do trabalho, com a devida justificativa;
- Assumo que a pesquisa será iniciada somente após aprovação do CEP da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

Vitória (ES), ____ de _____ de 2016.

APÊNDICE D - Declaração da Instituição CO-Participante

Declaro ter conhecimento do Projeto de Pesquisa, intitulado, Quem são as pessoas em situação de rua do município de Vila Velha?: uma análise do perfil sociodemográfico, a ser desenvolvida pela pesquisadora responsável, a Prof^a. MS Mirian Cátia Vieira Basílio e pelo estudante Augusto Del Caro da Silva no Serviço Especializado em Abordagem Social do município de Vila Velha. De ter ciência da aprovação do parecer ético emitido pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Instituição Proponente: Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CONSEP).

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa no que tange a autorização para que a estudante possa fazer uso dos prontuários institucionais e realização de entrevistas com os usuários do Serviço, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar do(s) sujeito(s) de pesquisa nela indicado, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Vitória (ES), ____ de _____ de 2016.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição

APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado para participar como voluntário de uma pesquisa que tem como objetivo Analisar o perfil da População em Situação de Rua acompanhada pela equipe de Abordagem Social do município de Vila Velha. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição e não acarretará custos para você.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do Projeto: Quem são as pessoas em situação de rua do município de Vila Velha?: uma análise do perfil sociodemográfico

Pesquisador Responsável: Mírian Cátia Vieira Basílio

E-mail: mbasilio@salesiano.com.br

Nome do aluno: Augusto Del Caro da Silva

Telefones para contato: (27) 9 9986-9244

E-mail: gusto.delcaro@gmail.com

A pesquisa a ser realizada faz parte da formação de graduação em Serviço Social e tem como objetivos analisar o perfil da População em Situação de Rua acompanhada pela equipe de Abordagem Social do município de Vila Velha; Identificar as principais causas que levam os sujeitos a estarem em situação de rua no município de Vila Velha; Identificar dados sociodemográficos. Espera-se que este estudo possa contribuir com a visibilidade do “fenômeno” enquanto expressão da questão social e proporcionar melhorias dos serviços públicos destinados a esta parcela da população.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer depoimentos sobre a escolha de utilização dos espaços públicos como moradia, além de fornecimento de dados pessoais e particulares. Os depoimentos poderão ser gravados ou falados à pesquisadora e escritos por ela, conforme você preferir. O material gravado será destruído logo após sua transcrição, evitando acesso de outras pessoas ao mesmo. Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionados à sua participação nesta pesquisa.

As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo sobre sua participação, privacidade e seu anonimato. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação. Você receberá uma cópia deste Termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da pesquisa. Você também poderá se informar sobre a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

CONSENTIMENTO

Eu, _____ declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado (a) que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar. Declaro estar ciente e esclarecido da pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.